

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2025, às 11:00 horas, pela plataforma teams, a diretora, senhora Juliana Nicácio Coronel, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, com a seguinte pauta: **1- Nova sala dos professores:** A Sra. Juliana Nicácio apresentou a mudança da sala dos professores, que agora é mais ampla e fica no terceiro andar. A professora Simone pediu a palavra, pontuando que faltam tomadas na sala e um ar-condicionado, pois a sala está muito quente; falou também sobre a falta de pilhas e problemas em alguns computadores das salas de aula. **2- Contratação de funcionários:** A Sra. Juliana informou que diversos funcionários e professores estão sendo contratados para suprir as lacunas das unidades leste e norte. **3- Apresentação dos dados do processo seletivo de ingresso de alunos:** O sr. Pedro Leon apresentou os números de inscritos para as turmas do primeiro semestre de 2025. **3- Wi-fi:** o sr. Pedro Leon apresentou o novo sistema de Wi-fi da Escola, disponível em todos os andares. **4- Troca literária:** O Sr. Pedro Leon informou que agora há uma estante no pátio com livros disponíveis para os alunos levarem e deixarem os seus que já foram lidos. **5- Aquisição de materiais:** A Sra. Juliana informou que solicitou uma compra emergencial de materiais até que a licitação saia, para que as aulas práticas não sejam prejudicadas. A aluna Geovana questionou sobre a falta de material para aulas práticas; o senhor Pedro compartilhou o SEI para demonstrar o processo licitatório. Após apresentação do SEI, a aluna Geovana agradeceu pela clareza em demonstrar todo processo licitatório. **6- Divisão da coordenação de curso:** A Sra. Juliana informou que o Sr. Igor Ribeiro ficará responsável pelos cursos de Análises Clínicas, Hemoterapia e Saúde Bucal, e o Sr. Daniel Gonçalves pelos cursos de Gerência em Saúde, Farmácia e Cuidados de Idosos. **7. Uniformes e Jalecos:** A Sra. Juliana informou que há plantões de venda das camisetas e jalecos com logo da escola e que não há obrigatoriedade do uso deles. A aluna Geovana sugeriu realizar reuniões junto com os representantes de sala para esclarecer dúvidas e dar sugestões de melhorias para a escola. A aluna Lucelia questionou sobre seguro dos alunos, no que o Sr. Thiago esclareceu que o pagamento está em dia. Perguntado se tinham alguma pergunta a ser feita, como não houve, agradeceu a participação de todos e a ata foi por mim redigida Pedro Leon e segue assinada pelos demais presentes.

Juliana Nicácio Coronel – Diretora

*Juliana Nicácio Coronel**[Assinatura]*

Pedro Leon Peres – AAG

Kleber Tellini – Coordenador Pedagógico

Igor Ribeiro – Coordenador de Curso

Daniel Gonçalves – Coordenador de Curso

Thiago Possato Medeiros – AAG

Simone Aparecida Ribeiro de Mattos – Professora Leste

Kelyn Cristina Castão – Professora Leste

Gabriel Gonçalves – Professor Leste

Ronaldo Silveira da Costa – Assessor II Leste

1585
Geovana Souza Vieira – aluna Gerência II Noite

Alice Santana Correia – aluna Hemoterapia II Tarde

Natalia Coelho de Oliveira – aluna Saúde Bucal II Norte

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2025, às 14:00 horas, pela plataforma teams, o Sr. Pedro Leon iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, ressaltando a pauta do dia: Regimento Escolar e Edital para inscrição de novos alunos. Pedro fez a chamada dos integrantes oficiais que fazem parte do Conselho de Escola, informando que tivemos duas desistências, uma foi da professora Janaina Barbosa Franco, do núcleo descentralizado Norte, eleita por aclamação e que hoje não faz mais parte do quadro de professores, onde não há suplentes para suprir a vaga; explicou que a única substituição realizada foi a da Sra. Nádia Giovana da Silva Wisnierski representante do corpo discente, período matutino, que desistiu do curso, sendo a candidata Sra. Ivania Maria da Silva que teve 35 (trinta e cinco) votos na eleição, e estava como suplente, agora ocupa a vaga que era da Sra. Nádia Giovana. Pedro Leon iniciou a pauta: **1- Regimento Escolar:** O corpo docente, representado pelas professoras Kelyn e Simone, apresentaram propostas e sugestões referente as alterações no Regimento Escolar, como segue:

Proposta 1-Título I – Das disposições preliminares – Capítulo II – Dos Objetivos – Art. 3 – item I – Foi solicitado incluir perfil epidemiológico e cultural das regiões atendidas pela escola, pois esses indicadores devem ser considerados para a abertura de novos cursos, para as parcerias estabelecidas com o território e para as ações para a inserção no mercado de trabalho. Pedro Leon disse que, após análise, a sugestão enviada é pertinente, e será incluída no Regimento.

Proposta 2- Título I – Das disposições preliminares – Capítulo II – Dos Objetivos – Art. 3 – item IV – Estabelecer parcerias com instituições para garantir a formação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de professores – UNASUS, FIOTEC. Pedro alegou que a sugestão não será atendida, pois não há como garantir qualquer tipo de parceria para formação de professores, uma vez que depende de outras Instituições, o que não quer dizer que a Escola não tentará firmar essas parcerias, porém não há como garantir. Desta forma, não poderá constar no Regimento.

Proposta 3- Título II – Capítulo – Do Conselho Escolar – Art. 9 – Considerando que o Conselho de Escola deve garantir a paridade representativa, o número de membros natos excede o número dos demais seguimentos, além disso os usuários (alunos) devem ter representação paritária em relação aos demais. O modelo de Regimento

Escola da SME pode ser utilizado como guia. Após análise, Pedro disse que a solicitação é pertinente, somente serão membros natos diretor da Fundação Paulista, Diretora da Leste, Supervisor da Leste e Norte, da mesma forma que há na composição do Conselho 4 docentes e 4 discentes, e que os coordenadores pedagógicos não serão mais considerados membros natos.

Proposta 4- *Título II – Capítulo – Do Conselho Escolar – Art. 10, os docentes questionam ser necessário ficar claro quais são os princípios da Fundação Paulista e onde estão escritos. Alegam que não é possível que o Conselho tome decisões que não estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola, e que isto no parecer deles (docentes), deve constar no Regimento Interno da Unidade Escolar, inclusive neste artigo. Referente a esta solicitação, Pedro Leon explicou que os princípios da Fundação são públicos, e que não há necessidade de mencionar, pois estão disponíveis a qualquer município e também está no site da Fundação Paulista e que conforme item III do art. 12 do regimento consta: acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, avaliando e propondo alterações que julgar necessárias em busca do aperfeiçoamento das atividades didáticas. Desta forma no regimento já há menção que torna dever do Conselho o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, sendo desta forma inviável a sugestão.*

Proposta 5- *Capítulo III – Da Equipe Escolar – Art. 17 – Equipe Escolar - I Equipe Gestora. Os docentes alegam que sendo a Diretora escolhida pela Fundação Paulista, fica evidente que a Fundação faz parte da Equipe Gestora da Escola. Ressaltam que a Equipe Gestora deve ter autonomia para tomar as decisões necessárias para o bom andamento da Unidade Escolar, seguindo as diretrizes da Fundação Paulista e do Projeto Político Pedagógico. Foi questionado também por que deve constar no Regimento que a Fundação é da Equipe Gestora, visto que a Fundação Paulista é a mantenedora? Pedro explicou que a Escola é uma unidade da Fundação Paulista, vinculada a Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura, sendo desta forma necessário que o diretor da Fundação Paulista faça parte da Equipe Gestora (artigo 18 da Lei 16.115); justificando desta forma o não atendimento desta sugestão. Foi mencionado pelas docentes que o Conselho de Escola faz parte da Equipe Gestora, portanto entende-se que as decisões não podem ser tomadas a*

revelia do Conselho, sendo necessário que seja inserido neste artigo, para não criar dualidade de interpretações. Pedro salientou que a sugestão não será atendida, uma vez que o Conselho de Escola fará parte da Equipe Pedagógica e não da Equipe Gestora.

Proposta 6- Os docentes apontaram que no artigo 21, consta que a Supervisão da Unidade Escolar é responsável pela escala de férias e no artigo 27 consta que ele deve fazer a atribuição de aulas, participar das reuniões administrativas e coordenar a gestão da escola, portanto, ele deve fazer parte da Equipe de Gestão. Referente a este artigo 21, Pedro explicou que houve um erro de digitação, pois no Regimento anterior o cargo existente era o de Supervisor Geral de Unidade Escolar, sendo o responsável pela escala de férias, o Diretor, que já foi corrigido.

Proposta 7- Artigo 19 - Mediante a aprovação da Fundação Paulistana e do Conselho de Escola, o Conselho de Escola deve ter autonomia assegurada e isso precisa ficar claro neste Regimento. Pedro ressaltou que sugestão não pode ser atendida, uma vez que o Conselho não faz parte da Equipe Gestora.

Proposta 8- Artigo 21 – item IX – É necessário se atentar as funções de Direção e Supervisão. Como dito acima, se esta é uma função do Supervisor, ele deve fazer parte da Equipe Gestora. Quanto a esta questão, Pedro explicou que houve erro na digitação, e que o responsável pela escala de férias é o Diretor. A professora Kelyn pediu a palavra, dizendo que no seu entender o Conselho faz parte da Equipe Pedagógica e que algumas decisões administrativas deveriam ser tomadas junto ao Conselho de Escola. Como exemplo citou que mudanças devem ser informadas ao Conselho, pois entende que o Conselho foi criado para promover gestão escolar democrática. Pedro Leon, questionou quais seriam essas decisões administrativas. Professora Kelyn respondeu, como exemplo o uso do dinheiro, prioridades da escola e não somente a parte pedagógica. Completou dizendo que o Conselho não deve tomar o lugar da Direção, pois ela é autônoma, julga necessário para manter o bom andamento da escola, porém nem tudo deve ser feito sem passar pelo Conselho, que promove gestão escolar democrática. Finaliza dizendo, se não fosse assim, não haveria necessidade do Conselho de Escola. Sandra Império pediu a palavras, solicitando a professora Kelyn para ser mais específica nesta questão referente a questão pedagógica e

administrativa. A professora Kelyn respondeu que antes da Juliana assumir como diretora, houve a questão da mudança de sala da biblioteca, o que na sua visão desconfigurou um local que era importante na Escola, transformando em um lugar que ficou insignificante, praticamente excluído. Entende que essa decisão é tanto pedagógica como administrativa, e que algumas decisões que interferem na dinâmica pedagógica, deveriam ser discutidas no Conselho, uma vez que o Conselho promove gestão escolar democrática. Pedro perguntou para ficar mais claro, quais seriam essas decisões administrativas? Professora Kelyn respondeu como exemplo como é utilizado algumas verbas recebidas, e sobre o que realmente é prioridade para a escola, e não somente questões pedagógicas. Salientou que o Conselho não toma o lugar da Direção, pois sabe que é autônoma, julga necessário para manter o bom andamento da escola, e que nem tudo deve ser feito sem passar pelo Conselho de Escola, que promove tem como objetivo promover a gestão democrática escolar, se não fosse assim, complementa, não haveria necessidade do Conselho. Outro exemplo são as metas para o próximo ano. O corpo docente entende que as metas devem ser discutidas no Conselho de Escola e não somente ser "aprovadas", pois elas interferem no pedagógico; há assuntos administrativos que também são pedagógicos e devem ser discutidos amplamente. A professora Simone, complementou falando sobre a pintura da escola e do bicicletário, que na gestão anterior, foi levado a este Conselho. Sandra Império pediu a palavra e disse ser difícil definir a parte administrativa e pedagógica, acha pertinente o que foi dito pela professora Kelyn, e que a parte pedagógica deve dar sugestões. Esclarece que é difícil estabelecer limites, até onde o pedagógico pode interferir no administrativo e o administrativo no pedagógico. Este linear deixa confuso em como "medir" isso no regimento sem que uma parte fosse afetada pela outra. Dra. Aline pediu a palavra sugerindo uma redação que permita o Conselho participar de determinados assuntos e de que fato interferem na questão pedagógica. Quanto a questão da biblioteca, respondeu a professora Kelyn que a Fundação Paulistana não tinha o conhecimento referente a mudança da sala da biblioteca, o que era sabido é que nas normas de criação da Fundação Paulistana e da própria Escola Makiguti, não havia a obrigatoriedade de uma biblioteca, e pela ausência de um bibliotecário, a Fundação teve problemas com o Conselho Regional de Biblioteconomia, que teve que alterar a nomenclatura de Biblioteca para Sala de Leitura. Após explicações da Dra.

Aline, Pedro Leon disse que uma vez que ficar redigido no Regimento que o Conselho faz parte da Gestão Escolar, literalmente seria o seguinte: Qualquer processo de contratação, compra de materiais, teria que ser convocado uma reunião para ser feita uma votação, e sabemos que um processo de licitação principalmente as que tem adesão a atas, é um ou dois dias para aderir ou não, o que seria inviável. Disse também que a sala de leitura dever ser reduzida ainda mais, por conta da quantidade acervos existentes, o que não é permitido segundo o Conselho Regional de Biblioteconomia. A diretora Juliana pediu a palavra dizendo que será feita uma reunião com o Conselho de Escola para apresentar a Fundação o porquê a Escola Makiguti não pode ter uma biblioteca neste momento. A professora Kelyn pediu a palavra dizendo que em pesquisas realizadas, existe uma norma de SME (Secretaria Municipal de Educação), cuja redação é muito clara, e que deveriam ser analisadas como modelo norteador para saber onde podemos ou não atuar. Disse concordar com o que o Pedro mencionou que não é viável fazer uma reunião para cada passo que a escola fosse tomar. Sandra Império pediu a palavra e se comprometeu a ler novamente o Regimento da SME, para tentar adaptar após análise jurídica, ao Regimento da Makiguti. Disse que estabelecer esta junção, é muito importante. Conselho Pedagógico, interferir nas questões administrativas em prol do bem comum. Solicitou formalizar estes limites. Dando continuidade Pedro falou que leu o modelo de SME, explicou que nas escolas vinculadas a Prefeitura, eles recebem o PDDE (Programa Direto Dinheiro na Escola), que é uma verba anual em que o diretor utiliza de forma direta, sendo que o Conselho da SME faz a votação, para que fins a verba deverá ser utilizada, até para mostrar a lisura do processo. Já na Makiguti, o processo é feito por licitação, uma vez que temos como mantenedora a Fundação Paulistana. Após explicação, a aluna Geovana pediu a palavra, perguntando se não é possível a contratação de uma bibliotecária, já que temos um acervo tão rico e poderia ser mais bem utilizado. Dra. Aline respondeu não ser possível, pois para isso precisaria ser colocado no orçamento da Fundação. Disse que os livros não serão doados, e neste primeiro momento serão guardados na Fundação. Pedro complementou que para contratação seriam necessários dois bibliotecários por conta do horário de funcionamento da Escola Makiguti. A diretora Juliana pediu a palavra dizendo que será criado o Regimento do Conselho Escolar para limitar todas as ações do Conselho de Escola que hoje não tem na Makiguti.

Proposta 9- Artigo 29 – Dos coordenadores Pedagógicos – *Diversas atribuições técnicas, que no Regimento anterior eram pertinentes aos Coordenadores de Curso ou compartilhadas entre Coordenação Técnica e Pedagógica, foram transferidas para os coordenadores: XVII – organizar e acompanhar os projetos interdisciplinares em saúde; XVIII – representar a unidade escolar nos campos de estágios obrigatórios, atendendo a demanda administrativa dos campos; XIX – Agendar e organizar visitas técnicas acordado com os professores. Algumas considerações importantes apontadas pelas docentes: 1- Os coordenadores pedagógicos não têm competência técnica para realizar este trabalho, visto que há a especificidade de cada área de formação. Sendo assim, o coordenador de curso deve ter habilitação na área de atuação. Pedro explicou que no momento a sugestão não pode ser atendida, visto que, hoje não temos coordenadores para todos os cursos, pois para isto teríamos que ter 06 coordenadores na Unidade Leste e 02 na Unidade Norte, o que é inviável do ponto de vista econômico para a Fundação.*

2- Todos os planos de curso aprovados no Conselho Municipal de Educação contam com o coordenador técnico. Foram aprovados desta forma e para que não haja a necessidade do coordenador técnico, os planos de curso precisam ser modificados e aprovados. Pedro explicou que o próximo passo após a aprovação do Regimento é justamente o ajuste nos Planos de Curso, que além desta questão citada, há diversos pontos que não estão sendo cumpridos, pois os planos de curso são de 2020 e necessitam de atualização, disse que anterior a 2020 não existia a função de coordenador de curso, apenas o pedagógico.

3- Uma das metas da escola para o ano de 2025 é a aprovação do Curso Técnico em Enfermagem e para a aprovação deste curso, é necessário que haja o coordenador de curso, conforme documento apresentado pelas docentes, do Ministério da Saúde e da Associação Brasileira de Enfermagem, afirmando esta necessidade. Pedro respondeu que esta questão será verificada junto ao CME (Conselho Municipal de Educação), responsável pela aprovação de Planos de Curso, porém no momento ainda não temos este curso homologado, portanto não cabe a inclusão desta sugestão no Regimento.

4- Esta minuta de Regimento Escolar cria o cargo de Técnico em Laboratório, entretanto, os técnicos não têm autonomia para atuar de forma autônoma, havendo,

portanto, a necessidade de um responsável técnico, conforme lei de 2008 que regulamenta a profissão de Técnico em Saúde Bucal e afirma a necessidade do técnico ser supervisionado por um cirurgião dentista. Pedro explicou que os técnicos de laboratórios de todas as áreas não executarão procedimentos em pacientes, que durante as aulas práticas, trabalharão sob a supervisão do professor, e, conforme a própria Lei enviada, Lei 11.889, Parágrafo único, diz: A supervisão direta será obrigatória em todas as atividades clínicas, podendo as atividades extra clínicas ter supervisão indireta. Ressaltou que não há atividade clínica nas funções dos técnicos. O coordenador Daniel pediu a palavra, perguntando se de acordo com as contratações, as compras de insumos serão realizadas pelo técnico de laboratório? Eles que irão verificar o que será necessário, uma vez que pelo meu entendimento não haverá mais o coordenador de curso? Ressalto que especificamente para o curso de farmácia, normalmente para a compra de insumos é necessário o CRF do farmacêutico, nesse caso como ficaria? Pedro respondeu que o técnico de laboratório irá realizar o acompanhamento das aulas práticas, e junto com o professor será definido quais materiais serão necessários para utilização no semestre. Daniel questiona: Então os professores é que farão a requisição para compra? Pedro diz que o técnico fará a lista de acordo com o que o professor irá necessitar para a aula prática. A professora Kelyn pediu a palavra dizendo que gostaria de esclarecer, se para termos um técnico em TSB, ele precisa ser registrado no CRO, e que o corpo docente entende a importância dos coordenadores de curso, tanto que, quando da estruturação dos cargos em 2015, a solicitação para coordenadores de curso, foi uma solicitação dos próprios docentes. Sabemos que o ideal é um coordenador para cada curso, e, entendemos a dificuldade para isso. Professora Kelyn lembrou que no passado, havia uma proposta para que o professor que tinha uma jornada de 40 horas, ficasse 20 horas como professor e 20 como coordenador. Não sabe se isso é legal, e que hoje, seria uma proposta que poderia ser resgatada. Disse que considera a função de coordenador muito relevante para o andamento da escola e que não entende que um técnico possa substituir a função de um coordenador. Pedro respondeu que legalmente, nesse caso, acredita que não possa ser feito, porém Dra. Aline juridicamente tem mais propriedade para responder sobre esta questão. Ressalto que sabemos da importância do coordenador de curso, porém, hoje estamos indo contra o próprio regimento da escola, pois

atualmente temos apenas 2 coordenadores que cuidam cada qual de 3 cursos. Professora Kelyn pediu a palavra, dizendo que concorda e entende, e que o desejo do corpo docente é que tivesse um coordenador para cada curso. Disse que o modelo de Regimento que apresentou foi o da ETEC e que acredita que a ETEC não faria algo que fosse ilegal. Dra. Aline pediu a palavra dizendo que no momento não tem como saber, sem antes ter o conhecimento a forma de Regimento da ETEC. Disse que no modelo de contratação da Fundação, não é possível essa cumulação de cargo de coordenador com professor, primeiro porque a forma de remuneração é diferente. Coordenador é salário fechado, diferente do professor que é por hora aula, e de acordo com a Constituição, só pode haver acúmulo se for para o mesmo cargo (professor). Conclui dizendo que legalmente falando isso não seria possível.

Proposta 10- *Artigo 32 – Da Equipe Docente – item X – Participar das horas atividades, de sua opção de jornada; sendo que parte dessas horas devem ser cumpridas na Unidade Escolar e parte em local de livre escolha do docente.* Pedro informou que relativo a esta questão já foi publicado Portaria que trata sobre este assunto.

Proposta 11- *Subseção IV – Dos Técnicos Laboratoriais – Artigo 39 –* Pedro ressaltou que esta questão já foi respondida nas considerações apontadas no item 4 desta solicitação.

Proposta 12- *Título V – Do Regime Escolar – Capítulo I – Da Avaliação – Seção I: do Conselho de Escola – Seção II - Do Conselho de Classe – O Conselho de Classe é o Órgão colegiado que terá por finalidade: I – Avaliar a evolução do processo educativo, a partir de indicadores institucionais, observando-se o desempenho dos alunos, individual e coletivamente; II - analisar e interpretar os resultados das ações educacionais, indicando alternativas que favoreçam o fortalecimento do processo de ensino e de aprendizagem; III – decidir sobre a retenção ou aprovação dos alunos, com base nos Registros Acadêmicos que evidenciem o desempenho global.* Pedro respondeu que após análise, a sugestão será atendida, e inclusa no Regimento.

Proposta 13- *Seção III – Da recuperação – Art. 53 – Caso o estudante não desenvolva as habilidades e competências pré-estabelecidas, avaliadas e sintetizadas por nota inferior a 5 (cinco), serão oferecidos estudos de recuperação contínua e paralela*

mediante a criação de novas situações de aprendizagem. Essa recuperação será semestral e avaliada por meio de um instrumento avaliativo, tendo por resultado a média calculada por esta nota, somada a nota final do semestre. § 1º - Em caso de média menor que a média bimestral, será computada a maior nota. Pedro informou que a sugestão será atendida, e incluída no Regimento.

Proposta 14- Seção V – Da dependência: Será oferecido ao aluno o aproveitamento das disciplinas já aprovadas em semestre anterior, possibilitando que este cumpra apenas a disciplina que ele obteve aproveitamento abaixo da média 5,0 (cinco), considerando os seguintes critérios: § 1º A orientação para realização de Dependência ou necessidade de refazer o módulo por completo será realizada por decisão do Conselho de Classe. § 2º Esteja retido em apenas uma disciplina. Único: O aluno apenas será classificado para o módulo seguinte após aprovação em todas as disciplinas do módulo anterior. Pedro respondeu que após análises, a sugestão será atendida e inclusa no Regimento.

Proposta 15- Capítulo III – Da matrícula – Art. 62 §2º É necessário atualizar a forma de ingresso. Pedro respondeu que nos semestres anteriores as inscrições eram feitas pela VUNESP, onde o aluno se inscrevia, fazia a prova, obtinha uma nota e essa nota era ranqueada, sendo que os 45 primeiros conseguiam a vaga. A dois semestres estamos fazendo esta inscrição direta. Será redigido este novo método para ficar no lugar da forma de ingresso, mantendo a autonomia do Conselho para em casos de emergência o Conselho poder optar por outra forma, como foi feito no semestre passado, onde não havia empresa e o Conselho, por sugestão do corpo docente, optou por fazer inscrição direta, o que deu muito certo e se manteve neste semestre.

Proposta 16- Capítulo IV – Da Classificação, da Reclassificação e da Transferência. Art. 66 – Poderá ser solicitada a reclassificação (somente) até o 10º (décimo) dia letivo do semestre, pelo próprio estudante matriculado em alguma curso, desde que seja aprovado no processo seletivo de ingresso. Pedro respondeu que a sugestão foi atendida, e será inclusa no Regimento.

Pedro perguntou se havia dúvidas. Dra. Aline pediu a palavra e deixou como sugestão, o que fora pontuado pela professora Kelyn, dizendo que entende a questão da

participação do Conselho Escolar em alguns assuntos administrativos, e que sugere que coloque no texto algo no sentido de: O Conselho participará das discussões de assuntos administrativos, conforme previsto no Regimento do Conselho Escolar que será criado, conforme mencionado pela diretora Juliana. Solicita fazer uma redação neste sentido, e que haja comprometimento e que o mais breve possível seja feito este Regimento do Conselho, convocando o corpo pedagógico, fazendo a construção inicial deste Regimento, e que posteriormente seja encaminhando para análise de legalidade pela assessoria jurídica e pelo Gabinete da Fundação Paulistana. É mais viável que este primeiro texto seja feito por quem está vivendo a realidade da Escola. Após as palavras da Dra. Aline, Pedro Leon, diz que a participação do Conselho de Escola nos assuntos administrativos será conforme previsto no Regimento do Conselho Escolar e será adicionado como parágrafo único. Sandra Império pediu a palavra, perguntando a professora Kelyn: - criar o Regimento atende a questões dos professores em relação as questões administrativas? Professora Kelyn respondeu que acredita que sim, salientando que quer apenas garantir que algumas decisões precisam passar pelo Conselho Escolar, como exposto pelo Pedro, referente ao processo seletivo, que foi uma proposta do corpo docente. Entendo que muito da realidade da escola, corpo docente, e os alunos, é que estão a par. Sabemos que dependendo da troca da gestão, há uma certa distância. Precisamos participar de algumas decisões porque ela diz respeito a nossa realidade. Sandra Império diz que a partir do momento que se construir o Regimento do Conselho Escolar, ficará claro que este Conselho poderá interferir nas questões administrativas escola quando for para o bem comum. Dra. Aline disse que quando a diretora Juliana propôs a criação desse Regimento, a primeira coisa que disse foi que esse texto inicial teria que ser construído pela escola, por quem está vivendo a realidade, pois para mim que sou do jurídico, é muito fácil analisar critérios de legalidade, quando não estou na realidade de vocês (Escola). Entendemos e achamos muito relevante o ponto levantado. A diretora Juliana disse ser muito importante a criação deste Regimento, pois percebe que hoje a Escola Makiguti, nestes anos completa 20 anos de existência, e não possuía tal Regimento. Finalizando tudo que foi pontuado pelos professores, Pedro prosseguiu a pauta falando sobre o item:

Edital para Ingresso de Alunos – Pedro informou que o edital para ingresso de alunos para o 2º semestre de 2025, com exceção da informação que haverá pontuação para ex-alunos, os demais itens continuam iguais.

Finalizando esta parte, Pedro iniciou a votação para a aprovação ou não do Regimento, onde houve 7 votos favoráveis e 3 contra. Já para o Edital de Ingressos de alunos houve 9 votos favoráveis e uma abstenção. Dessa forma o Regimento foi aprovado pela maioria dos conselheiros, e o próximo passo será ser enviado DRE para análise e estando tudo certo, encaminhado a CME (Conselho Municipal de Educação).

Perguntado se tinham alguma pergunta a ser feita, como não houve, agradeceu a participação de todos e a ata foi por mim redigida Marly Junko Kouhiro Menezes e segue assinada pelos demais presentes.

Sandra Império – Coordenadora CEPC

[Assinatura]

Juliana Nicácio Coronel – Diretora

[Assinatura]

José Wilson de Jesus – Supervisor

José Wilson de Jesus

Daniel Gonçalves – Coordenador

Daniel Gonçalves

Rebeca Lacerda – Coordenadora

Rebeca Lacerda Alves

Simone Aparecida Ribeiro de Mattos – Professora

Simone A.R. de Mattos

Kelyn Cristina Castão – Professora

Kelyn Cristina Castão

Gabriel Lima Gonçalves – Professor

Gabriel Lima Gonçalves

Geovana Souza Vieira – Aluna

Geovana Souza Vieira

Alice Santana Correia – Aluna

Alice Santana Correia

Ivania Maria da Silva – Aluna

Ivania Maria da Silva

Natalia Coelho de Oliveira – Aluna (Norte)

Natalia Coelho de Oliveira

Demais participantes:

Aline de Souza Pereira – Chefe de Assessoria Técnico Jurídico

Kleber Tellini de Andrade – Coordenador

Pedro Leon Brito Aguiar Peres – Assistente Geral de Gestão

Rogério Santos Bianchi – Professor

Aos doze dias do mês de agosto de 2025, às 11h30 horas, pela plataforma teams, o Sra. Juliana Nicácio iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, ressaltando a pauta do dia: Contratação de novos funcionários, Contratação da empresa de Bombeiros, Plano de curso de Enfermagem, Regimento Escolar, Insumos, Aquisição de Bandeiras, Instalação de computadores nas salas de aula, Aniversário de 20 anos da Escola Makiguti. Passou a palavra ao Sr. Pedro Leon, que iniciou a pauta: **1- Contratação de novos funcionários:** Pedro informou que neste segundo semestre houve a contratação de 19 novos funcionários, dentre eles técnicos de laboratórios, informática, inspetores de alunos e professores. Em processo de contratação temos uma técnica para TSB na Makiguti Norte, e uma secretaria escolar para Makiguti Leste. **2- Contratação da empresa de Bombeiros:** Sobre este item, Pedro disse que em consulta ao processo SEI (sistema eletrônico de informação), foi feita reserva financeira em 08 de agosto de 2025, e, estamos aguardando novos pareceres. Passou a palavra ao coordenador Kleber Tellini que discorreu sobre o item **3- Plano de curso técnico em Enfermagem:** O coordenador disse que o plano de curso Técnico em enfermagem está em fase de correções e adaptações. A idéia é enviar para aprovação do Conselho Municipal de Educação ainda este semestre para tê-lo aprovado no início do próximo ano. A Fundação Paulistana tem trabalhado para que o ofertamento do curso se dê no próximo ano. Concluiu dizendo que após a aprovação do plano de curso ainda existem algumas etapas como compra de equipamento e insumos, laboratório para as aulas práticas e contratação de pessoal necessário. Estamos trabalhando com afinco para atender a comunidade em relação a oferta desse curso. **4- Regimento Escolar:** Referente ao Regimento Escolar, em consulta no Processo SEI, Pedro informou que o mesmo encontra-se em análise em SME (Secretaria Municipal de Educação). **5- Insumos:** Sobre os insumos, Pedro informou que foram adquiridos os lotes 1 - vidrarias, 4 - materiais de Saúde Bucal e 27 - materiais de uso comum. Os demais lotes fracassados irão para dispensa de licitação. A professora Larissa pediu a palavra alegando que neste início de semestre não receberam os insumos para as aulas práticas de Saúde Bucal, o que foi imediatamente respondido pela diretora Juliana dizendo que estaria verificando com o coordenador de curso, pois uma vez que chegaram os materiais a solicitação deveria ter sido feita para a Makiguti Leste, o que não ocorreu. **6- Aquisição de Bandeiras:** Pedro, em consulta ao Processo SEI, informou que as

bandeiras serão entregues até a data de 30 de agosto de 2025. **7- Instalação de computadores nas salas de aula:** Pedro informou que recebemos da Fundação Paulistana 29 computadores de doação, e que a prioridade é a instalação dos mesmos, em todas as salas de aula. Previsão de instalação em todas as salas até sexta-feira, 15 de agosto de 2025. Pedro passou a palavra para a Diretora Juliana para falar sobre o item **8- Aniversário de 20 anos da Escola Makiguti:** Juliana informou que no dia 15 de agosto, a Escola Makiguti irá completar 20 anos de existência, e, para celebrar esta data tão significativa, disse que está sendo preparado um evento a muito especial no dia 29 de agosto. Perguntado se tinham alguma pergunta a ser feita, a aluna Ana Débora, da Makiguti Norte, pediu a palavra para deixar registrado em ata, algumas reivindicações. Disse que a Makiguti Norte encontra-se em situação muito precária; citou como exemplo a parte do laboratório, cujo espaço é utilizado tanto para o curso de Saúde Bucal, como para o de Farmácia. Falou sobre a falta de insumos para as aulas práticas, da falta de professores no primeiro semestre, que acabou ocasionando a desmotivação de muitos alunos a continuarem no curso. Comentou sobre a questão dos professores, que no entendimento dela, acumulam funções, demorando para entrar em sala de aula. É sabido que a aula inicia às 19h00, porém há alguns docentes que segundo ela, ficam fazendo outros tipos de trabalhos e só iniciam a aula, praticamente após as 21h00 horas. Disse assim como ela, muitos alunos estão se sentindo "abandonados", que o Núcleo Descentralizado Norte é considerado um "puxadinho", onde tudo é muito difícil. Solicitou que os responsáveis centrais, seja da Escola Makiguti, Fundação Paulistana, tivesse um olhar diferenciado em relação a Makiguti Norte, onde a transparência em relação às verbas destinadas a Makiguti, fosse vista não somente na Leste. O professor Rogério Spínola pediu a palavra dizendo que hoje se considera professor efetivo da Makiguti Norte, pois cumpre metade de sua jornada com aulas na Norte, que em relação ao que foi dito pela aluna Ana Débora, não concorda com a fala em que disse que alguns docentes "tem dupla função". Solicitou deixar registrado em ata, que em relação ao horário de supervisão de estágio, os mesmos o fazem fora do horário de aula, pois sabem do procedimento a ser cumprido. Disse também que na sua concepção, a Escola Derville Alegretti não está preparada para receber cursos técnicos, por várias questões já pontuadas desde o início de sua implantação que foi em agosto de 2021. Sabe que "problemas" existem em qualquer local, e na sua visão, não há como comparar a Escola

Makiguti Leste com o Núcleo Descentralizado Norte, pois a Leste é um local próprio, onde melhorias podem ser realizadas sem a interferência de terceiros, já no Núcleo Norte, por estarmos ocupando um espaço cedido, tudo torna-se mais burocrático. Professor Rogério Spínola enfatiza que o Núcleo Norte, não é salubre para alunos e professores, pois o espaço não oferece condições satisfatórias para um ensino de qualidade. Disse que apesar das dificuldades, a Makiguti Norte é uma Escola consolidada que já formou milhares de alunos, e que possui um nível excelente de professores. A aluna Lucila solicitou a palavra pedindo para explicar a questão de insumos que não chegaram, ao que o Pedro informou que alguns lotes de insumos de Farmácia e Análises Clínicas foram fracassados e darão prosseguimento a aquisição com dispensa de licitação. O professor Rogério Spínola pediu a palavra, dizendo que na gestão anterior da Escola, na época, o coordenador de curso não consultou os professores de Saúde Bucal, e não foram pedidos alguns instrumentais necessários nas aulas práticas da Makiguti Leste. A aluna Lucila, relatou sobre a insatisfação dos alunos em relação a mudança no horário de intervalo, que segundo eles não "refrescou" muito, pois continua tendo muita fila na cantina, que não consegue atender a demanda dos alunos. O professor Rogério Bianchi pediu a palavra, dizendo que não concorda com a mudança do horário do intervalo, alegando que a cantina é que tem que se adequar para atender da melhor forma os alunos. Perguntado se havia alguma questão a mais a ser esclarecida, como não houve, agradeceu a participação de todos e a ata foi por mim redigida Marly Junko Kouhiro Menezes e segue assinada pelos demais presentes.

Diogo Telles Martins Pereira – Diretor Geral FPETC

Sandra Império – Coordenadora CEPC

Juliana Nicácio Coronel – Diretora

Priscila Gomes Figueredo – Supervisora

Camila Marques de Andrade – Coordenadora Pedagógica

Rebeca Lacerda Ales – Coordenadora Pedagógica

Rogério Santos Bianchi – Professor

Elaine Cristina Mendes Marques – Professora Elaine Marques

Rogério de Mesquita Spínola – Professor [Signature]

Larissa Oliveira Dantas – Professora [Signature]

Marly Junko Kouhiro Menezes – Adm/RH [Signature]

Pedro Leon Brito Aguiar Peres - Adm. [Signature]

Thiago Possato Medeiros – Secretaria [Signature]

Cleiton Santos Soares – Coordenador técnico [Signature]

Lucila Lagos – aluna FAR II manhã Lucila Lagos

Sandra Maria Martins Viana - aluna Hemo II tarde Sandra Martins

Patrick Luiz Flausino – aluno – Ger I noite Patrick Luiz Flausino

Ana Débora de Oliveira – aluna FAR I noite Norte Ana Débora de Oliveira

Aos nove dias do mês de setembro de 2025, às 11:00, pela plataforma Teams, o Sr. Diogo Telles, Diretor da Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura, iniciou a reunião, agradecendo a participação de todos na reunião extraordinária, para votação "Aprovação ou não", do Plano de Curso de Enfermagem. Agradeceu a Sandra Império que esteve a frente deste projeto, e a todos que se dedicaram com afinco para que o Plano fosse finalizado e apresentado neste Conselho. Relembrou em sua fala, quando de sua participação na Formatura em dez/24, da implantação do Curso de Enfermagem que agora está se tornando uma realidade. Disse que o curso vem para agregar aos demais cursos já oferecidos na Makiguti, que com a excelência de seus docentes, com certeza dará mais visibilidade e credibilidade a Escola. Sr. Diogo passou a palavra ao Pedro Leon que fez a intermediação da reunião. Sr. Pedro, informou a todos que reunião está sendo gravada e posteriormente vai ser feita a ata para todos os conselheiros assinarem. Iniciou dizendo que fará a apresentação das sugestões enviadas pelos docentes e discentes, a respeito do conteúdo do Plano de Curso. A primeira sugestão foi por parte do professor Rogério Spínola, que apontou os seguintes itens:

1. Inconsistência na Carga Horária no Plano de Curso

Inconsistência na Carga Horária e Nomenclatura das Habilitações: o Crítica: Há uma clara e significativa contradição na apresentação da carga horária total para a Habilitação Técnica de Nível Médio em Enfermagem. O item lista "Habilitação Técnica de Nível Médio de Enfermagem" com 1.200 horas (800h teóricas + 400h estágio), e "Qualificação Técnica de Nível Médio de Auxiliar de Enfermagem" com 600 horas (400h teóricas + 200h estágio), totalizando 1.800 horas. No entanto, ao detalhar a organização curricular, o Módulo III (estágio) completa a Qualificação de Auxiliar em 1.200 horas, e os Módulos IV e V completam a Habilitação de Técnico em 600 horas adicionais. Isso sugere que a Habilitação Técnica em Enfermagem incorpora a qualificação de Auxiliar, mas a redação inicial é ambígua, podendo levar a entender que são cursos separados ou que a habilitação de técnico tem apenas 1200 horas no total.

Sugestão: Recomendo revisar e reestruturar a seção "Identificação do Curso" para deixar explícito que o Curso Técnico em Enfermagem é uma formação de 1.800 horas no total, que inclui uma saída intermediária de qualificação técnica de Nível Médio em Auxiliar de Enfermagem (1.200 horas). A carga horária deve ser apresentada de forma unificada e sequencial, garantindo clareza e consistência com a estrutura modular adotada em. Por exemplo: "Curso Técnico em Enfermagem (Carga horária Total: 1.800h), com qualificação técnica de Nível Médio de Auxiliar de Enfermagem (Saída intermediária – 1.200h)."

Resposta: *Sugestão acatada, carga horária sugerida incluída no plano de curso.*

2.Detalhamento quantitativo dos Estágios Supervisionados

Crítica: Embora o "Plano de Curso" dedique os módulos III e V aos estágios e estabeleça critérios de avaliação e requisitos, a matriz curricular não detalha as atividades, cenários práticos e competências específicas a serem desenvolvidas em cada estágio. As descrições são uma repetição dos nomes das disciplinas teóricas dos módulos anteriores, o que é insuficiente para guiar a prática e a avaliação no contexto do SUS. As "Diretrizes e Orientações" ressaltam que o estágio deve ser uma "atividade de aprendizagem para o desenvolvimento de ações de atenção à saúde e de cuidado de enfermagem que exigem articulações/cooperações técnicas e interinstitucionais" e deve "contemplar unidades e serviços dos diferentes níveis de complexidade da atenção à saúde".

Sugestão: Para os módulos III e V, é imprescindível criar seções específicas que detalhem os objetivos de aprendizagem para cada estágio, as habilidades práticas a serem adquiridas, os tipos de unidades do SUS onde o estágio será realizado (e.g., Unidades Básicas de Saúde, ambulatorios, hospitais, CAPS, UPA, etc.), e como essas experiências se conectarão aos conhecimentos teóricos e à filosofia do cuidado no SUS. Isso garantirá uma formação mais contextualizada e alinhada às necessidades da Rede de Atenção à Saúde (RAS-SUS).

Resposta: *Não Acatada*

As diretrizes, orientações pedagógicas, ementas dos estágios supervisionados, regulamento do estágio e o manual do estagiário serão elaborados e entregues aos

estudantes no módulo que antecede o início dos estágios obrigatórios, garantindo clareza, transparência, qualidade pedagógica e conformidade legal.

Os estágios supervisionados seguirão as resoluções do COFEN/COREN acerca da supervisão e regulamentação de estágios que ocorrerá sob orientação de profissionais devidamente habilitados.

3. Programa de Educação Permanente para o Corpo Docente

Crítica: O "Plano de Curso" descreve o perfil de formação dos docentes, mas não apresenta um programa de educação continuada ou permanente para eles. As "Diretrizes e Orientações" recomendam expressamente que as instituições "desenvolvam programas de educação permanente para a qualificação pedagógica dos(as) profissionais que atuam como docentes no curso".

Sugestão: Sugiro incluir no plano um item que descreva como a Instituição irá promover a Educação Permanente em Saúde (EPS) para seus docentes, garantindo a atualização técnico-científica, pedagógica e, sobretudo, o alinhamento com as políticas e princípios do SUS. Isso é crucial para manter a qualidade da formação e a coerência com a ênfase do curso.

Resposta: Não Acatada

O Programa de Educação Permanente integra o Plano Político Pedagógico (PPP) da Instituição conforme orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996 – artigos 61 e 62, que assegura a formação inicial e continuada dos profissionais de educação. Também encontra respaldo na Resolução CNE/CEB nº6/2012 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de nível médio, ressaltando a necessidade de atualização e capacitação permanente de docentes. Assim, a formação continuada deve estar prevista no PPP e não sendo componente obrigatório do Plano de Curso de Habilitação Técnica em Enfermagem.

4. Mecanismos Detalhados de Articulação e Parceria com a RAS-SUS

Crítica: O plano menciona que os estágios ocorrerão em instituições de saúde públicas ou privadas conveniadas. Contudo, as "Diretrizes e Orientações" enfatizam a necessidade de "firmar parcerias formais com a RAS-SUS" e que a

avaliação do estágio seja "segundo normas a serem firmadas e acordadas entre a instituição de ensino e a RAS-SUS". Não há um detalhamento de como essas parcerias serão formalizadas, gerenciadas ou como os acordos serão estabelecidos e monitorados.

Sugestão: É fundamental detalhar a estratégia de articulação e parceria com os serviços do SUS, incluindo: os critérios para seleção das instituições parceiras, os termos de convênio, os fluxos de comunicação entre a escola e os serviços, a figura do preceptor no campo de estágio (do SUS), e os mecanismos de avaliação conjunta que envolvam os profissionais dos serviços de saúde.

Resposta: Não Acatada

A Portaria da Secretaria Municipal da Saúde – SMS nº 852 de 15/12/2023, define os procedimentos para adesão e normas para estágios obrigatórios e residências para a celebração de Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde – COAPES. Segundo informações do Coordenador Pedagógico da Escola Makiguti a escola já possui contrato celebrado com COAPES.

5. Avaliação Participativa do estágio

Crítica: O plano estabelece critérios de avaliação para o estágio e indica que a avaliação será feita pelo Supervisor. As "Diretrizes e Orientações" propõem que os "indicadores e critérios relativos à avaliação do estágio supervisionado [...] deve ser programada e realizada sob a coordenação da escola em conjunto com trabalhadores das unidades de serviços com os quais o estágio está pactuado e programado". A participação dos profissionais do SUS que atuam como preceptores ou supervisores de campo na avaliação do aluno não é explicitada.

Sugestão: Recomendo revisar os "Critérios de Avaliação" para o estágio e explicitamente incluir a participação dos profissionais dos serviços de saúde do SUS (enfermeiros preceptores) na avaliação do desempenho dos alunos, reforçando a integração ensino-serviço e garantindo uma avaliação mais completa e contextualizada.

Resposta: Não Acatada.

A avaliação do estágio obrigatório em Enfermagem é de caráter individual e deve ser realizada de forma expressa, pelo docente Enfermeiro da Instituição de Ensino, conforme determina a Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) e a Resolução do COFEN

9. Acessibilidade e inclusão nas instalações e Recursos

Crítica: Embora o "Plano de Curso" detalhe as instalações e equipamentos, não há menção explícita sobre como esses recursos e o ambiente educacional apoiam as práticas inclusivas, especialmente para alunos com deficiência, um princípio ressaltado nas "Diretrizes e Orientações".

Sugestão: Incluir no plano, a preocupação com a acessibilidade e inclusão em relação às instalações físicas e aos recursos didáticos, demonstrando como a escola garante um ambiente de aprendizagem equitativo para todos os estudantes.

Resposta: Não Acatada

A solicitação de inclusão deve constar no PPP e Regimento Escolar que são documentos que define a identidade, objetivos e princípios pedagógicos da Instituição.

10. Articulação com o Projeto Político Pedagógico (PPP) institucional

Crítica: O "Plano de Curso" é um documento específico, mas as "Diretrizes e Orientações" enfatizam o PPP da instituição como o referencial maior. Poderíamos fortalecer a explicitação de como este plano se integra ao PPP mais amplo da Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti.

Sugestão: Incluir uma seção ou referências mais diretas que demonstrem a articulação deste Plano de Curso com o Projeto Político Pedagógico (PPP) institucional da Escola, reforçando a autonomia pedagógica e a sintonia com os modelos de atenção à saúde do SUS.

Resposta: Acatada, *O Plano de Curso em Enfermagem assegura que toda as atividades e metodologia dos cursos estejam plenamente em consonância com o PPP e em conformidade com as diretrizes legais vigentes, incluindo a formação de professores aptos atuarem de forma ética e segura no âmbito do SUS.*

11. Críticas e sugestões para fortalecer a ênfase no SUS

Contextualização SUS em cada componente curricular:

1. Sugestão: Para cada componente curricular, seria benéfico adicionar um item sobre "Implicações para a atuação no SUS" ou "Contexto SUS". Isso ajudaria a conectar diretamente o conteúdo teórico à realidade dos serviços

doença e a prática de enfermagem. Isso pode ser feito através de discussões de casos, visitas a comunidades e projetos de intervenção em saúde.

Resposta: Não Acatada

Na ementa da disciplina SAÚDE COLETIVA existe o conteúdo programático que aborda: Epidemiologia básica e indicadores de Saúde; Processo de Saúde – Doença; Determinantes e Condicionantes de doenças e agravos à Saúde Comunitária.

8. Inclusão de Saúde-Digital e Mudanças Climáticas

Crítica: A disciplina "Informática aplicada" aborda aspectos básicos de informática e prontuário eletrônico. No entanto, as "Diretrizes e Orientações" citam "Saúde digital: conceitos, tipos, finalidades e aplicabilidade" e "Mudanças climáticas: definição, tipos e efeitos no processo de saúde-doença" como conhecimentos essenciais. Esses temas não estão explicitamente contemplados no plano.

Sugestão: Ampliar o conteúdo de "Informática Aplicada" ou integrar em disciplinas como "Saúde Coletiva" e "Microbiologia e Biossegurança" a discussão sobre Saúde Digital (telessaúde, telemonitoramento, etc.) e os impactos das mudanças climáticas na saúde e na atuação do técnico em enfermagem.

Resposta: Não Acatada

A disciplina Informática aplicada tem como objetivo desenvolver habilidades e competências que preparem o aluno para o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação implantadas nas Instituições de Saúde. Entre os conteúdos que serão abordados estão prontuário eletrônico do paciente, anotações de enfermagem, que constituem registros obrigatórios nos serviços de saúde, conforme Resolução do COFEN nº 429/2012 que dispõe sobre o registro das ações profissionais de enfermagem, bem como os princípios da confidencialidade, fidedignidade das informações e sigilo profissional assegurados Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

Além disso, contempla a discussão sobre a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD nº 13709/2018 que regulamenta o tratamento de dados pessoais, incluindo os dados sensíveis de saúde, reforçando a responsabilidade do profissional na utilização ética das informações em ambiente digital.

nº 706/2022, que dispõe sobre a supervisão de estágio em Enfermagem pelo ENFERMEIRO.

6. Aprofundamento em Educação Popular em Saúde e Promoção da Saúde

Crítica: Embora o curso mencione objetivos de atuação na comunidade e abordagem de Saúde Coletiva, as "Diretrizes e Orientações" dedicam uma competência inteira à "Participação do processo de educação em saúde, do desenvolvimento das políticas de Educação Permanente em Saúde (EPS), educação popular em saúde e de promoção da saúde". O "Plano de Curso" não cita explicitamente a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS) nem a Política Nacional de Promoção à Saúde (PNPS) como conteúdos programáticos.

Sugestão: Revisar os conteúdos programáticos de disciplinas como "Saúde Coletiva" e os objetivos dos estágios para garantir que a Educação Popular em Saúde e a Promoção da Saúde sejam abordadas de forma mais aprofundada, incluindo o estudo das políticas nacionais relacionadas e a proposição de atividades práticas que envolvam a comunidade de forma participativa e emancipatória.

Resposta: *Acatada, na ementa da disciplina SAUDE COLETIVA existe os conteúdos programáticos que abordam: Educação em Saúde e orientação à comunidade; Ações de Enfermagem na Saúde Coletiva; Planejamento e execução de ações comunitárias. ainda assim, foram redigidas incluindo o estudo das políticas nacionais relacionadas e a proposição de atividades práticas que envolvam a comunidade de forma participativa e emancipatória.*

7. Transversalidade de Determinação Social do Processo Saúde-Doença

Crítica: O plano menciona "determinantes sociais, culturais, econômicos e ambientais da saúde" em Saúde Coletiva. As "Diretrizes e Orientações" destacam a determinação social no risco de adoecer e de potencializar agravos à saúde como dimensão conceitual fundamental. É crucial que essa compreensão transcenda uma única disciplina.

Sugestão: Fortalecer a abordagem da determinação social do processo saúde-doença de forma transversal em diversos módulos, incentivando a reflexão sobre como fatores socioeconômicos, culturais e ambientais influenciam a saúde-

públicos de saúde, tornando a ênfase no SUS mais explícita e prática em todas as etapas da formação.

2. Aprofundamento da Inter profissionalidade e trabalho em equipe: Sugestão: Embora o trabalho em equipe seja mencionado, sugiro desenvolver mais profundamente as competências de trabalho em equipe interprofissional nos conteúdos teóricos e, principalmente, nas atividades práticas e estágios. Isso pode incluir a discussão de casos complexos que exijam a colaboração com outros profissionais de saúde (médicos, assistentes sociais, psicólogos, etc.), a simulação de reuniões de equipe, e a análise de fluxos e protocolos de referência e contra referência no SUS.
3. Humanização e ética no SUS: Sugestão: As "Diretrizes e Orientações" reforçam a ética como pilar. É importante garantir que a discussão sobre ética e humanização seja sempre contextualizada com os desafios e particularidades da prestação de serviços de saúde no SUS, como a diversidade cultural dos usuários, as iniquidades sociais e as vulnerabilidades das populações. Em "Psicologia Aplicada a Enfermagem", por exemplo, conectar o "Atendimento centrado no paciente" e "Promoção do bem-estar emocional" com as realidades de diferentes populações atendidas pelo SUS.
4. Monitoramento e avaliação da ênfase no SUS: Sugestão: As "Diretrizes e Orientações" enfatizam o monitoramento e a avaliação do processo de formação em relação à "articulação do processo de ensino com a RAS-SUS" e ao "atendimento a demandas e necessidades de saúde cor regionais". Proponho incluir no plano uma metodologia clara para monitorar e avaliar a efetividade da formação com ênfase no SUS. Isso pode ser feito através de indicadores de inserção dos egressos nos serviços do SUS, da coleta de feedback de preceptores do SUS, e da avaliação contínua da aderência dos projetos de estágio e das atividades de extensão às necessidades locais e regionais de saúde.

Resposta: *Acatada, No Plano do Curso de Enfermagem, nas competências curriculares de várias disciplinas contemplam agora o fortalecimento e ênfase no SUS.*

12. Inserir no perfil profissional docente os cirurgiões-dentistas para aulas do Módulo I – nos componentes curriculares Microbiologia e Biossegurança, como também Anatomia de Fisiologia Humana.

Resposta: *Acatada, Inserido no Perfil do Pessoal Docente e Técnico.*

13. Inserir no Plano de Curso em Enfermagem a Metodologia Pedagógica.

Resposta: *Acatada, por um equívoco a metodologia pedagógica não foi inserida no plano enviado para análise. Agora a metodologia pedagógica está inserida feita pelo Coordenador Pedagógico da Instituição.*

Sr. Pedro Leon, após apresentação das sugestões encaminhadas pelo professor Rogério Spínola, solicitou a quem se manifestou, na ordem, para poder falar. O primeiro foi o docente Rogério Spínola, que em suas palavras cumprimentou a todos os presentes, sugerindo que todos os itens que foram acatados nas sugestões por ele encaminhada, fossem também discutidos pela equipe de especialistas, salientando ser de fundamental importância. Prosseguindo, falou sobre a questão da saúde digital que foi colocada de uma forma em contraposição a informática em saúde e dizer que são coisas completamente diferentes, sugerindo que o grupo discutisse novamente, alegando que caso o plano de curso for aprovado, o grupo de especialistas pudessem discutir essa diferença que existe entre informática em saúde e a saúde digital. Entende que Saúde digital é um tema que não pode ficar de fora do plano de curso, caso ele seja aprovado, continuou dizendo que Saúde digital é uma realidade nos serviços de saúde e a Escola Makiguti, se quer se tornar uma escola sempre à frente, precisa buscar sempre buscar o que é. Prosseguiu dizendo que a modernidade, é de suma importância na formação dos alunos e que precisa incluir a Saúde digital como um tema. Falou do item 3, que cita a questão do COAPs. Disse que o COAPs, é um órgão da Prefeitura que regula os estágios, porém, no plano de curso é necessário que conste essa informação. A forma como esse estágio vai acontecer, até por sermos uma escola técnica de saúde pública, não podemos imaginar que temos um plano de curso completamente descolado da história da Makiguti, vide os cursos que temos no momento, que os nossos alunos fazem estágio no SUS. O professor sugeriu que essa informação fosse inserida no plano de curso o curso de enfermagem. O curso não pode ser diferente do que temos aqui em termos de missão da escola. A missão da escola é a

Saúde Pública. O curso de Enfermagem tem que ter um foco na Saúde Pública, não podendo ser um curso tecnicista, voltado para o mercado privado. Na minha opinião isso tem que ser mais bem discutido. entre todos os especialistas, e por último, falou sobre a questão da transversalidade. Disse que é do trabalho, é na saúde coletiva que ela tem que estar em todos os componentes curriculares, dando como exemplo o curso de Saúde Bucal, em que quando foi idealizado, todas as disciplinas e todos os momentos do curso houve 11 intencionalidade, que o curso fosse relacionado a questão da Saúde Coletiva e da Saúde Pública, enfatizando novamente que é a missão da escola Makiguti. Continuou dizendo que não podemos ter um curso que fuja a essa característica, citando os cursos que temos atualmente e que nenhum deles foge a missão da Escola Makiguti, entendendo que dessa forma, o curso de Enfermagem não pode ser diferente disso, mencionando que quem vai decidir isso são os especialistas, e que meramente focou mais na área de saúde coletiva, que é uma área que gosta de abordar. Após as palavras do professor Rogério Spínola, a coordenadora Sandra Império, solicitou a Marlene que foi uma das participantes na construção do plano de curso, para fazer algumas pontuações a respeito dos comentários do professor Rogério Spinola. Devido a um problema técnico com o professor Spínola, foi dada continuidade para ouvir o professor Rogério Bianchi que cumprimentou a todos os presentes, fazendo algumas observações; concordando com a fala do professor Rogério Spínola com relação a questão da Saúde Coletiva , alegando a Escola Makiguti ser uma escola do SUS, portanto deve estar integrado ao SUS, entendendo que os cursos oferecidos não podem fugir ao trabalhado do SUS, e que em vários momentos do currículo, isso fugiu da regra. Disse que a disciplina a qual leciona é farmacologia, e o conteúdo para o de enfermagem contendo 80 horas, na sua concepção é impossível. Que em 80 aulas você falar de farmacologia, administração de medicamentos, está totalmente fora da realidade. Salientou que se for para formar profissionais que não são adequados, isso precisa ser revisto, tanto é que foi solicitado para que antes da reunião do conselho, tivéssemos uma discussão mais ampla com todos os membros, não só os especialistas de enfermagem, mas os demais, pois entendo que o curso é para a escola, então todos os profissionais deveriam participar, pois é sabido que alguns docentes podem ministrar aulas em algumas disciplinas específicas, que não seja do curso de enfermagem. O professor falou também sobre acessibilidade, alegando que a Makiguti não tem acessibilidade e que precisa

rever não só nesse curso, como nos outros também. Outro ponto a ser discutido é como implantar um curso nesta escola se não consegue nem manter os cursos que estão em andamento, pela falta dos insumos para ministrar aulas práticas, que pelo menos para o curso de farmácia não foi adquirido nada, a não ser recipientes. Questiono como aprovar um curso novo, se a Fundação não consegue dar conta dos outros cursos em vigor. No meu entender não adianta só aprovar um curso, temos que ter condições para isso, acho interessante ofertar o curso de enfermagem para a população, porém, enfatizo que neste momento, nessa situação a escola não tem condições. No meu entender abrir mais um curso é inviável, visto que hoje, presenciamos salas vazias, algo que nunca aconteceu na Escola. Portanto deveríamos rever muitas coisas, não só aprovar o curso, e sim colocar em ação os cursos em andamento. Finaliza dizendo que deveria se ter uma nova discussão para o plano de curso ser aprovado ou não. Após a fala do professor Rogério Bianchi, Sandra Império, informou que todas as sugestões enviadas por e-mail, tanto a dele, quanto da aluna Lucila, irão ser apresentadas e que foram feitas por blocos como a do professor Rogério Spínola, para seguirmos uma ordem. Sandra passou a palavra para Marlene para responder aos questionamentos dos professores Rogério Spínola e Rogério Bianchi. Marlene em suas palavras disse: Vejo que os senhores pegam muito na fase de que o curso técnico de enfermagem, não pode ser "descolado" da realidade da Escola Makiguti. Na verdade, a proposta não é essa, a proposta é que faça parte da Makiguti, que faça parte da realidade da Makiguti, da história da Makiguti. O plano de curso foi criado justamente para preservar está história. A Escola Makiguti, é uma Escola Municipal de Saúde, e a estranheza é como uma Escola de Saúde não tem um curso de Enfermagem. Como os professores falam em técnico e que os profissionais técnicos de enfermagem vão ser formados para trabalharem na rede privada, essa colocação é uma inverdade. Na verdade, a gente não distingue, não sabemos se o aluno vai escolher esse trabalho, e sim, o mercado de trabalho vai abrir para ele, tanto da parte do SUS, quanto na rede privada. Isso quem vai escolher é o próprio aluno. Quando o aluno é inserido no mercado de trabalho, é quando os professores falam que dentro do plano de curso, não há transversalidade. E o que é uma transversalidade? Professores, eu vejo que é multidisciplinar, temos vários exemplos que levam os alunos para aprenderem justamente o que é trabalhar com a comunidade, trabalhar com o processo de saúde,

doença, o que é o SUS, o que é os princípios do SUS. Tem um Programa de Saúde da Família que são as visitas domiciliares etc. Sugiro que os senhores releiam novamente o plano de cursos e vejam nos componentes curriculares que temos muitos componentes voltados para a área do Sistema Único de Saúde, isto é o que eu percebi que vocês estão distinguindo, separando o SUS do curso técnico de enfermagem, fazendo com que o SUS se enquadre numa situação e o curso técnico de enfermagem em outro. Na verdade, não há essa distinção. O SUS está dentro do curso, sim. Se vocês procurarem, vocês vão enxergar em vários componentes curriculares de várias disciplinas que o plano sempre vai voltar para o SUS. O professor falou das 80 horas de farmacologia e isso é surreal, que não existe. Gostaria de ver com o professor qual seria a sugestão. Se perceberem no plano de curso, o curso de enfermagem é o único que compõe várias disciplinas, que a enfermagem precisa estudar de tudo um pouquinho dentro do ambiente de saúde. No catálogo nacional de cursos técnicos a carga horária mínima desse curso são 1800 horas, então eu queria ver com o professor qual seria a sugestão, pois a revisão foi feita justamente baseado neste catálogo, com o de acordo dos docentes especialistas, cujo entendimento é de que 80 horas é suficiente. Professor Rogério Bianchi pediu a palavra, dizendo que na verdade, fez a observação em relação a carga horária ser pequena para falar de noções de farmacologia e administração de medicamentos. Citou alguns pontos relevantes:

1. Carga horária insuficiente: Acredita que 80 horas não é suficiente para cobrir todos os aspectos importantes da farmacologia e administração de medicamentos.
2. Importância da formação: Enfatiza a importância de formar profissionais capacitados em todas as áreas, incluindo farmacologia e administração de medicamentos.
3. Relevância do SUS: Menciona a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da formação de profissionais de farmácia e destaca que o plano de curso não aborda essa relação de forma clara. Deu as seguintes sugestões:
 1. Revisar o plano de curso: Sugere que o plano de curso seja revisado para incluir mais conteúdo sobre farmacologia e administração de medicamentos, bem como a relação com o SUS.
 2. Aumentar a carga horária: Acredita que aumentar a carga horária dedicada à farmacologia e administração de medicamentos seria benéfico para a formação dos

profissionais. Sugeriu que: 1. Houvesse discussão com a equipe: Discutir suas preocupações com a equipe do curso e propor mudanças no plano de curso. 2. Análise de outros cursos: Analisar como outros cursos de farmácia abordam a farmacologia e administração de medicamentos para ter uma ideia melhor de como melhorar o curso. Após as palavras do professor Rogério Bianchi, Sandra Império disse que todos terão oportunidade de manifestação, seguindo a ordem de envio por e-mail, seguindo, foi apresentado a proposta do professor Rogério Bianchi, onde ele diz que **o plano de curso apresentado para o corpo docente da escola, deveria, antes do envio para aprovação ao Conselho, fosse realizada uma plenária com o corpo docente da escola, para que fosse referendado aprovação no Conselho Escolar.**

Resposta: Não acatada. O plano de curso de Enfermagem será submetido a apreciação e deliberação do Conselho Escolar da Escola Makiguti, conforme previsto no Regimento interno da Unidade. Ressaltamos que, de acordo com o Art. 12 do referido Regimento, compete ao Conselho Escolar:

- Item IV: deliberar sobre questões de natureza administrativa e pedagógica,
- Item V: deliberar sobre critérios e procedimentos de avaliação da instituição e do processo educativo.

Dessa forma, a apresentação e aprovação do Plano do Curso em plenária de docentes não é necessária, uma vez que a deliberação cabe exclusivamente ao Conselho Escolar.

Informamos ainda que o Plano foi construído com a participação ativa dos coordenadores pedagógicos, especialistas e professores enfermeiros, assegurando a qualidade técnica e pedagógica do documento.

Na sequência foi apresentada a sugestão da **aluna Lucila Lagos**, que disse: 1- Compreendo a relevância do curso tanto para a Instituição quanto para os alunos e para a Comunidade. Reconheço seu grande potencial de agregar valor a nossa oferta educacional. Como aluna e moradora, considero que a implantação do curso é válida e importante. No entanto, acredito que antes de sua implementação, é essencial que a escola consiga estruturar adequadamente os recursos necessários para os cursos em funcionamento.

Resposta: Hoje contamos com quadro de docentes completo para todos os cursos, materiais de uso comum adquiridos, materiais de TSB adquiridos e parte dos materiais de farmácia também já adquiridos, restando alguns materiais de

farmácia e de análises clínicas/hemoterapia, que não foram adquiridos por conta das empresas licitantes que não manifestaram interesse em fornecer (vender) estes materiais, fracassando o pregão. Ressaltamos que esses materiais serão licitados novamente.

2- Ainda enfrentamos algumas dificuldades em relação à falta de essenciais para as aulas práticas, como toucas e papel toalha, além da necessidade de manutenção de equipamentos importantes para o aprendizado, como balanças, pHmetros e friabilômetros.

Resposta: Ressaltamos que não recebemos solicitação para tais equipamentos, desta forma entendemos que o quantitativo que temos é o suficiente.

A aluna Lucila, após leitura do e-mail e resposta, agradeceu e sem muitas delongas, disse concordar com os professores em questão. Disse que não é contra o curso, até porque como moradora, sabe da importância de um novo curso. A preocupação é, antes de tudo, manter os cursos em andamento, com qualidade, e neste momento a aprovação de mais um curso seria inviável. Ressaltou a importância dos equipamentos na farmácia, que necessitam de manutenção e de outros que estão quebrados. Sem contar que a sala necessita de um aparelho de ar-condicionado melhor, para a quantidade de alunos em aulas práticas. Por tantas questões que precisam ser ajustadas, entendo como prioridade tentar dar um suporte nos cursos que temos, e não que o curso de enfermagem seja o único foco. Após as palavras da aluna Lucila, Sandra Império informou só para deixar claro, que o processo licitatório para contratação de empresa de manutenção tanto dos equipamentos do laboratório de Análises Clínicas e Farmácia, foi iniciado junto com o de Saúde Bucal, que já está vigente há 2 anos, porém no momento não encontramos empresas que participem da licitação interessadas em prestar esse serviço, para Farmácia e Análises Clínicas, e que a Fundação e a Escola estamos tentando. O processo está aberto, tem pregão, é recorrente, porém, até o momento não houve interessados. Com certeza uma hora vai chegar a empresa de manutenção. Quanto a divulgação do processo seletivo. Os últimos processos seletivos da escola foram feitos pela própria escola por inscrição direta. Como vocês bem sabem. E a gente não tinha uma empresa responsável pelo vestibular, não foi através do vestibular, foi através de discussão direta para esse próximo semestre, já foi aberto um termo de referência para ser feito um pregão eletrônico para voltar ao vestibular comum. Neste termo de referência, que vai ser a base do contrato dessa empresa, já está incluído a divulgação em meio digital, placas,

panfletos, e cartazes em uma grande quantidade. Após explicação da Sandra, a palavra foi dada ao aluno Patrick, que iniciou dizendo que aprova a implantação do curso técnico em Enfermagem, por ser um morador da Cidade Tiradentes, e saber que a sua comunidade "pede" pelo curso de Enfermagem, e ele como morador sente a necessidade de ser solidário nesta questão do estudo que é tão importante. Quanto aos "problemas" que a escola enfrenta, seja pela falta de manutenção em equipamentos, ou mesmo a falta de alguns deles, a escola está sim se preocupando, não só nestas questões, como também se preocupa com os alunos. Na minha visão os alunos é que dão "vozes" aos cursos, então, se os alunos querem o curso de enfermagem, é adequado sim, colocar um plano que beneficie os alunos. Entendo que tudo o que a escola necessita em melhorias, ao longo dos tempos vai se ajustando, por que, como o Pedro falou, é muito complexo essa parte administrativa, sempre demora, mas temos que acreditar que vai se concretizar, e ser otimista é muito importante. Acredito que esse Curso de Enfermagem será muito benéfico para a população não só de cidade Tiradentes, como adjacências. A escola com certeza terá mais visibilidade em todos os aspectos, pois ela já é uma referência, e com esse curso será melhor ainda. Sandra Império agradeceu ao participante Patrick, e, disse que a participante Kelly e Gabriel, por não serem membros do Conselho, estão como ouvintes, e só poderão se manifestar após a votação. Pedro Leon, prosseguiu apresentando algumas alterações que precisaram ser feitas no regimento, devido a algumas normativas que o Conselho de Enfermagem exigiu para a implementação do curso técnico. Artigo 58 e artigo 59 do Regimento que trata sobre notas e faltas. Ele previa que será considerado promovido o estudante que ao final do módulo tiver nota igual ou superior a 5 e no mínimo 75% de frequência. Ele passou a ser média igual ou superior a 7 e apresentará, no mínimo, a frequência se manteve a menos de 75% de frequência. A compensação de ausências que o estudante poderia ter até 40% de faltas justificadas. Ele passou a ser 25% de faltas justificadas, ou seja, o aluno vai conseguir fazer a compensação de até um quarto das aulas em que ele perdeu devido a atestados médicos, licenças ou motivos justificados. E também para informar a todos, antes da votação, para não haver nenhum tipo de dúvida, vai apresentado aqui os dados de formação dos últimos 6 semestres dos cursos, para justificar que os cursos que darão lugar ao curso de enfermagem, caso aprovados nesse conselho e homologado pelo Conselho Municipal de Educação, vão

ser os cursos de Cuidados de Idosos período manhã, e Gerência em Saúde, no período da tarde e noite, isto para deixar claro que todo mundo que tiver matriculado nesses cursos, esses cursos vão ter um término. Quem já entrou vai concluir seu curso. Só não serão feitas novas turmas desses cursos. Por quê? Porque. Para cada curso, há a possibilidade de 882 formações durante 6 semestres, nesses cursos, o total das formações nos últimos 6 semestres, que são 3 anos, foi de apenas 206 alunos. O curso que tem menos depois de Cuidados e Gerência, é o curso de Saúde Bucal que tem 420. Ou seja, ele tem mais que o dobro. Então foi uma decisão baseada em números. O curso que menos tem informações vai ser suprimido para entrada do novo curso e os professores classificados, na atribuição de aula de Gerência em Saúde e Cuidados de Idosos, passarão automaticamente para o curso de Enfermagem, ou seja, ciclando era o primeiro a escolher as suas aulas de Gerência. Ele vai ser o primeiro a escolher no curso de Enfermagem. O segundo, ... e assim sucessivamente. Professor Rogério Spínola pediu a palavra dizendo que em primeiro lugar falar da questão da transversalidade, entende que é quando todos os componentes curriculares eles possam abordar. E, segundo, que as questões relacionadas ao processo de trabalho do técnico em saúde, não estou nem falando de enfermagem. Digo que é uma característica da Escola Makiguti, quando criada a 20 atrás, sempre mantiveram a transversalidade nos componentes curriculares de todos os cursos. Fato que não, não estamos vendo no curso de enfermagem. Quando a gente fala de transversalidade, é uma formação para o SUS, não formar apenas mais um. O técnico trabalha no SUS ou no particular? A formação vai ser a mesma. Isso é um conceito absolutamente equivocado. É uma escola, ela tem um plano de curso. E dentro dos componentes curriculares, uma missão, de acordo com o que a escola busca. Se eu quiser formar para o SUS, eu vou conseguir formar para o SUS. Se eu quiser formar um profissional que não tem uma visão para o SUS, eu vou formar um profissional que não tem uma visão para o SUS. Não se justifica dizer que nós vamos ter um curso de formação para trabalhar em qualquer lugar. Isso não existe. Em segundo ponto, é muito triste ouvir dizer que nós vamos suprimir 2 cursos, especialmente o curso de Gerência em Saúde, que é um curso que é um dos grandes diferenciais da escola Makiguti, curso que quase não existe na cidade de São Paulo, curso que forma profissionais para trabalhar e é uma demanda do Sistema Único de Saúde, porque a Prefeitura tem lá o agente de gestão que muitas vezes é utilizado para trabalhar na saúde e esse profissional não tem uma

Formação para trabalhar na saúde. Por isso que foi criado o curso de Gestão há 20 anos atrás. Então eu, particularmente, vejo com muita preocupação e com tristeza a que o curso de Gerência em Saúde vai acabar na escola Makiguti. Nós vamos acabar com uma história de um curso absolutamente importante para o Sistema de Saúde do Município de São Paulo, lembrando que escola Makiguti foi criada para formar profissionais para o Sistema Único de Saúde do Município de São Paulo. Jamais podemos esquecer isso. A escola Makiguti não foi formada para criar técnicos pro Einstein, nem para o Sírio-Libanês. Nós resistimos para criar profissionais para o SUS. Então, se o curso de Gerência em Saúde acabar, nós estamos acabando com uma história, então eu quero deixar isso registrado, eu faço questão de colocar isso aqui também. Professor Rogério Bianchi pediu a palavra dizendo que agregar um novo curso é interessante, porém não deve ser feito às custas de remover outro curso, como o de Gerência em Saúde. Enfatiza a importância de discutir a inclusão de um novo curso com o corpo docente, especialmente considerando o impacto em cursos existentes como o de Gerência e, enfatiza que a escola trabalha de forma participativa e que as decisões sobre cursos devem ser tomadas com ampla discussão e envolvimento do corpo docente. Finaliza dizendo que é importante encontrar um equilíbrio entre a oferta de cursos e os recursos disponíveis na escola, e que a comunicação e o envolvimento do corpo docente são fundamentais para garantir que as decisões sobre cursos sejam bem informadas e aceitas por todos. Após as palavras do professor Rogério Bianchi, Sandra Império explicou que é justamente por todos os questionamentos que esta reunião está sendo realizada extraordinariamente, para cada um poder se manifestar através do voto, pela opção de aprovação ou não do curso de Enfermagem. Em relação a suprimir alguma turma, a análise foi feita unicamente através dos números. Sei que o curso de Gerência, tem uma história enorme dentro da Makiguti, que está desde 2005, só que em análise, é um curso que tem uma procura baixíssima, tanto para matrícula quanto número de formandos. O professor Rogério Spínola, pediu a palavra dizendo que o Conselho foi convidado para discutir a aprovação de um curso e por momento alguns fomos convocados para participar do assunto de suprimir um curso. Sandra Império explicou que para a implantação de um novo curso, outro terá que sair, e foi apresentado através de números, o por que exatamente tem que ser os cursos de Cuidados de Idosos e Gerência em Saúde. A Diretora da Escola Makiguti, pediu a palavra, primeiramente agradecendo ao Sr. Diogo Telles, e demais membros pela

participação de todos nesta importante reunião, mencionando que o plano de curso foi construído com a convocação de todos os professores via whatsapp, porém alguns professores não participaram ou questionaram nada. Enfatizou que a construção do plano de curso foi sugerido pensando na população da Cidade Tiradentes, especialmente considerando que 90% das mulheres mães que estudam na Escola Makiguti estão pensando em trabalho. Juliana mencionou sobre o Instituto Federal que está em fase de construção na Cidade Tiradentes, que este Instituto veio procurar a escola para um diálogo, onde foi dito que é grande a procura por cursos na área da saúde pública, principalmente o curso de enfermagem. Este curso é um sonho da população de Cidade Tiradentes. A diretora salientou que é de suma importância considerar a participação e o envolvimento de todos os professores na construção do plano de curso e que o foco na população e no benefício que o curso pode trazer para a Escola, é um aspecto importante a ser considerado, e que a decisão sobre a aprovação do plano de curso deve-se considerar as necessidades e interesses da população de Cidade Tiradentes. Após as palavras da diretora Juliana, Sandra Império, solicitou que prosseguisse para votação, chamando por ordem, os conselheiros, para que apenas desse o voto, se sim ou não. Pelo corpo discente, a primeira a votar foi a aluna Lucila que votou não. A aluna Sandra Maria esteve ausente. O aluno Patrick votou sim. A aluna Ana Débora votou não. Pelo corpo de funcionários, o primeiro a votar foi o Thiago que votou sim. Marly votou sim. Pedro Leon votou sim. Cleiton Santos esteve ausente. Pelo grupo de docentes, professor Rogério Bianchi votou não. Professora Elaine votou sim. Professor Rogério Spínola votou não. Professora Larissa votou sim. Pelo grupo de membros natos, Sr. Diogo Telles votou sim. Juliana Nicácio votou sim. Camila Marques votou sim. Rebeca Lacerda votou sim. Após todos terem votado, o resultado foi de 4 conselheiros que votaram para a não aprovação do plano de curso, 2 conselheiros ausentes e 10 conselheiros que votaram pela aprovação do plano. Dessa forma, Sandra informou que o plano está aprovado pelo Conselho de Escola e seguirá para aprovação e homologação por parte do Conselho Municipal de Educação. Após divulgação do resultado da votação, Pedro Leon comunicou algumas informações, a primeira delas é referente aos bombeiros, que, na Escola Makiguti iniciaram seus trabalhos no dia 05 de setembro, pela Empresa E-Service Soluções. Outro item foi em a alteração da biblioteca, que passa a ser "sala de leitura", onde deverá conter 200 exemplares, podendo desta forma ser aberto para os alunos. A biblioteca estava irregular, de

acordo com uma notificação recebida pelo Conselho Municipal de Biblioteconomia. Sobre o processo seletivo para o próximo semestre, será por meio de vestibular e a boa notícia para a população é que serão os 75 primeiros candidatos para cada curso e período. A taxa de inscrição será isenta, ou seja a Fundação irá subsidiar 1050 inscrições, sendo 75 para cada curso e período. Para encerrar a reunião, Pedro passou a palavra para Sandra Império, dizendo que para a Fundação Paulistana é uma honra, uma conquista, ter esse curso Técnico de Enfermagem na Escola Makiguti, pois entende que a Fundação está atendendo não só uma demanda da Comunidade da Cidade Tiradentes, como também um sonho da Fundação Paulistana. Gostaria de frisar que a Escola Makiguti tem 20 anos de existência, e é uma Escola mantida totalmente, exclusivamente pela Fundação Paulistana e Prefeitura de São Paulo. A Escola não recebe nenhuma verba do SUS para manter a Escola, embora nossos alunos que saem da escola qualificados e tecnicamente capacitados para trabalhar em qualquer lugar, pois são profissionais. Sandra continua dizendo que nossos alunos são muito bem preparados para a realidade do mercado de trabalho, e como já falei e repito, é uma honra para a Fundação Paulistana ter esse curso em funcionamento, é importante para a escola, já que é uma solicitação muito antiga, desde a sua fundação. Sandra fala que a escola teve muitas situações de precariedade, e concorda com muitas falas que tivemos nesta reunião, enfatiza que a gestão atual da Fundação Paulistana tem feito de tudo para reverter esta situação de precariedade. Sabe que não está cem por cento, mas garante que vamos chegar lá, porque estamos trabalhando para isso e acreditamos principalmente em cada um de vocês professores da escola, que tem capacitado nossos alunos de forma primordial e invejável para qualquer escola técnica da Cidade de São Paulo. Desta forma, parabeno a todos pelo empenho e pela dedicação que os docentes têm por esta escola, pelos funcionários e pela diretora, que com afinho não mede esforços para manter o bom andamento da Instituição de forma que todos nós possamos sentir honrados a esta escola ligada a Fundação Paulistana. Finaliza agradecendo mais uma vez a todos e parabenizando pelo alto desempenho de todos os envolvidos. Nada mais a ser tratado, a ata foi por mim redigida Marly Junko Kouhiro Menezes e segue assinada pelos demais presentes.

Diogo Telles Martins Pereira – Diretor Geral FPETC _____

Sandra Império – Coordenadora CEPC _____

Juliana Nicácio Coronel – Diretora _____

Camila Marques de Andrade – Coordenadora Pedagógica Camila _____

Rebeca Lacerda Ales – Coordenadora Pedagógica Rebeca Lacerda Ales _____

Rogério Santos Bianchi – Professor _____

Elaine Cristina Mendes Marques – Professora Elaine Marques _____

Rogério de Mesquita Spínola – Professor _____

Larissa Oliveira Dantas – Professora _____

Marly Junko Kouhiro Menezes – Adm/RH Marly J.K. Menezes _____

Pedro Leon Brito Aguiar Peres - Adm. _____

Thiago Possato Medeiros – Secretaria _____

Cleiton Santos Soares – Coordenador técnico _____

Lucila Lagos – aluna FAR II manhã Lucila Lagos _____

Sandra Maria Martins Viana - aluna Hemo II tarde Sandra Maria _____

Patrick Luiz Flausino – aluno – Ger I noite Patrick L. Flausino _____

Ana Débora de Oliveira – aluna FAR I noite Norte Ana Débora de Oliveira _____

Ata da Reunião do Conselho de Escola de 07 de outubro de 2025:

Aos sete dias do mês de outubro de 2025, às 11h00, via plataforma Teams o Sr. Pedro Leon iniciou reunião com membros do Conselho de Escola, agradecendo a presença de todos os participantes. Informou, em seguida, as pautas do dia, que foram: Agressão física entre alunas na unidade norte e providências a serem adotadas; Inauguração do bicicletário; Aquisição de micro-ondas; Aquisição de mesas para o refeitório; Comunicado sobre funções não previstas em contrato para as funcionárias da limpeza; Portaria 90/2025 que trata da Tolerância de atrasos; Portaria 96/2025 que trata da atribuição de aulas. Sr. Pedro iniciou cumprimentando a todos e agradecendo pela participação solicitando que o Professor Rogério Spínola relatasse sobre o episódio de violência física entre alunas ocorrida durante sua aula no dia 02 de outubro. Sr. Rogério iniciou dizendo as alunas já possuíam vínculo extraescolar e que segundo relato de alunas colegas de sala, existiam conflitos interpessoais, bullying, agressões verbais anteriores a agressão física, porém, ocorreriam fora do ambiente escolar. Disse que durante uma explicação da matéria no módulo 3 de Saúde Bucal, as alunas Marcilene e Natália começaram a discutir e rapidamente evoluiu para uma agressão feita pela aluna Natalia onde derrubou a aluna Marcilene da cadeira que estava sentada e em seguida empurrou sua cabeça contra o piso, causando trauma na região da nuca. O professor disse que espera que a aluna agressora Natalia repense o ato de violência que cometeu. O professor enfatizou que é sabido que no mundo da educação, infelizmente existem casos de agressão entre alunos, e que em quase 20 anos de Makiguti, é a primeira vez que presencia tal fato. Sr. Pedro Leon agradeceu o testemunho disse que ajudaria a ilustrar para os que não estavam presentes e passou a palavra para a diretora Juliana Nicácio. Sra. Juliana iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes e informando que no momento da ocorrência não estava no local e também descreveu como os fatos ocorreram e quais medidas foram tomadas, disse que a Coordenadora Pedagógica Rebeca ligou para a Supervisora Escolar Priscila Figueiredo, contando o que havia ocorrido uma briga entre alunas, que após a agressão a aluna Marcilene foi conduzida até o Pronto Socorro, ao ter ciência da informação a Diretora Juliana decidiu ir ao Núcleo descentralizado Norte da Makiguti, solicitou apoio que foi atendido pelo Sr. Thiago Possato, transportando-a junto a Supervisora Priscila a unidade Norte. Durante o percurso até a unidade norte recebeu a informação de que a aluna Marcilene estava sendo conduzida até o 13º DP no bairro de Casa Verde para lavrar Boletim de Ocorrência. A rota foi alterada para a Delegacia, onde a Coordenadora Rebeca e a aluna agredida estavam. Disse que devido ao fato de ter muitas ocorrências no mesmo momento, permaneceram na delegacia até as 02h30 a aluna agredida Marcilene, a Diretora Juliana Nicácio, a Supervisora de unidade escolar Priscila Gomes, a Coordenadora Pedagógica Rebeca Lacerda, o Assistente Administrativo de Gestão Thiago Possato e o Guarda GCM que acompanhou toda a ocorrência. A Diretora relatou que a aluna agredida estava muito emocionada, envergonhada com o ocorrido, disse que o curso é o sonho dela, tem objetivo de ter técnica em Saúde Bucal seguir carreira na área, reside em Francisco

Morato, trabalha na Rodoviária Tietê a 9 anos e a noite estuda na Makiguti, que falta pouco para seu curso acabar e que está com medo de retornar as aulas pois pode se deparar com alguma intempérie por parte da aluna agressora durante o trajeto da escola. Sra. Juliana Nicácio questionou aos demais membros, qual conduta a ser adotada uma vez que no Plano Político Pedagógico e o Regimento Escolar não está previsto nenhum tipo de orientação para este tipo de situação - Agressão física entre alunos - A Diretora destacou que toda a situação foi informada para a Fundação paulistana, toda ocorrência relatada para a Coordenadora Sra. Sandra Império da Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Cultura e para o Diretor Geral da Fundação Sr. Diogo Telles. Na sequência a Diretora sugeriu que a Coordenadora Pedagógica da unidade norte Rebeca Lacerda que estava presente no dia do ocorrido desse seu depoimento. Com a palavra Sra. Rebeca informou que o Professor Rogério Spinola e a Diretora Juliana já descreveram de maneira o fato e que caso houvesse alguma dúvida estaria disponível para prestar esclarecimentos. Retomando a apresentação Sr. Pedro informou que as punições encontradas no projeto político pedagógico são para casos de atos infracionais, onde podem ser aplicados advertência ou suspensão de 3 dias, sendo esta última aplicada. Sr. Pedro informa aos conselheiros que não existe termo específico para punição em casos de agressão física onde segundo ele se torna um ato criminoso uma vez que foi feito boletim de ocorrência. Ele informa que o tema foi inserido na pauta para deliberação para uma punição mais adequada ao ato da agressora. Como ideia inicial, seguindo o modelo adotado por outras instituições que passaram pelo mesmo problema, foi pensado em afastar a aluna agressora da aluna agredida, oferecendo a troca de unidade para a aluna agressora e em caso de não aceitação a sua expulsão ou a sua expulsão da unidade escolar devido ao ato cometido. Sr. Pedro ressaltou que a aluna agredida está com medo de voltar à escola por temer por sua integridade física, na sequência, pediu a manifestação de cada um dos membros do conselho. Antes dos membros do conselho iniciarem o sufrágio, o professor Rogério Spínola pediu a palavra para reforçar que a aluna Marcilene está com receio de voltar as atividades escolares, o professor registrou como sugestão que realizassem uma diálogo incluindo pessoas que possam juntamente as duas alunas construir uma cultura de paz entre as alunas, criando algum vínculo entre elas que de alguma forma pudesse retirar este medo da aluna agredida voltar para a escola, citou novamente que é importante criar uma cultura de paz na escola Makiguti, colocou-se à disposição para auxiliar nesta ação e após sua opinião o professor agradeceu a todos e encerrou sua participação na reunião do conselho. Sr. Pedro passou a palavra para que a Diretora Juliana desse seu parecer, a Sra. Juliana disse que seria importante ouvir a opinião da Coordenadora Sra. Sandra Império e do Diretor Geral Sr. Diogo Telles. Com a palavra Diretor Geral Diogo iniciou lamentando pela situação, informou que logo após ser comunicado do ocorrido, em conjunto com a Diretora Juliana e a Sra. Sandra, foi debatido qual procedimento a ser adotado, realizando consultas a Secretaria Municipal de Educação e também a Diretoria de Ensino da Região, disse que por ser uma ocorrência inédita que implicará diretamente na vida de uma pessoa e que após este debate, por prudência, optou por consultarem o

alunos estavam entrando no horário do intervalo, isso significa que ele não teve contato com todas as aulas, isto acarreta em perda de conteúdo e um profissional menos preparado para o mercado de trabalho. Sr. Pedro lembrou da carga horária dos cursos e que a portaria busca beneficiar o aluno que é pontual e que está presente em todas as aulas. Professora Elaine comentou que os alunos têm ciência dos horários que eles devem cumprir no ato da matrícula. Sr. Pedro completa dizendo que em todos editais também há esta informação. Professora Elaine fez comentários sobre o ônus da construção do monotrilho em relação aos transtornos causados no trânsito da avenida Ragueb Chohfi. Professor Gabriel pediu a palavra para dar uma sugestão, perguntou se não há possibilidade de que os professores tenham autonomia com relação a permissão de entrada de alunos em suas respectivas aulas após os horários de início. Sr. Pedro continuou esclarecendo dúvidas do Professor Gabriel com relação aos dispostos na portaria, comentou sobre o período de adaptação onde o controle e identificação dos motivos de atraso foram feitos individualmente. Sr. Thiago pediu a palavra e respondeu o comentário do Professor Gabriel com relação a permissão para entrada, dizendo que desta forma se torna inviável o controle de acesso dos alunos uma vez que o critério de permissão da entrada ficaria individualizado dependendo de qual professor dará a aula para o aluno, que haveria o risco do aluno dar uma informação falsa dizendo que terá aula com professor que permite a entrada fora da aula quando na verdade tem aula com professor que é contrário a entrada, completou dizendo que haveria necessidade de conferir estes dados em todas entradas de alunos e isto atrasaria a entrada de todos. A palavra foi dada a Diretora Juliana que comentou sobre como funcionou o período de adaptação a portaria bem como a sua implantação, Juliana detalhou como foi realizado o levantamento dos alunos que chegaram atrasados no período onde foram identificados, fez comentários sobre o atendimento da secretaria no guichê externo nos horários em que os portões de entrada se fecham para os alunos, lembrou que a medida foi criada para atender uma solicitação dos próprios alunos que pediam maiores medidas de segurança com relação a livre entrada em qualquer horário na escola. Sr. Pedro agradeceu a Diretora Juliana e concedeu a palavra a professora Larissa Dantas da unidade Norte questionou se haverá esta identificação dos alunos que chegam depois do horário através de carteirinha na unidade norte também. Diretora Juliana pediu a palavra para responder e disse que até o momento, a unidade norte não tem a quantidade necessária de funcionários para executar tal norma, falou que a inspetora está em fase de contratação, lembrou que a secretaria está afastada por motivo de saúde no momento tem 3 funcionários na secretaria da unidade sendo a Coordenadora Pedagógica Rebeca, o Coordenador de Curso Cleiton e o Técnico de informática Ariel além da técnica de Laboratório de Saúde Bucal, Isabel. Sra. Sandra pediu a palavra e se despediu da reunião pois havia outro compromisso e como como todas as pautas já haviam sido abordadas, os demais itens eram do cotidiano da escola. Sra. Sandra se disponibilizou para auxiliar com futuras demandas, agradeceu a todos os presentes e em conjunto ao Diretor Geral Diogo encerraram a participação na reunião Sr. Pedro questionou se havia algum tema fora de pauta que gostariam de abordar. A palavra foi

conselho para que seja uma decisão mais justa, recebendo opiniões de todos para construir uma solução mais justa possível, rogou por discernimento e bom senso a todos durante a decisão, e solicitou que gostaria de registrar seu voto após todos os demais membros, para garantir a opinião de quem esteve mais próximo ao problema e evitar qualquer tipo de influência. Sr. Diogo passou a palavra para a Coordenadora Sandra Império que começou cumprimentando a todos, e dizendo que acha importante que o Conselho participe dessa decisão, pois interferirá diretamente na vida das pessoas envolvidas, pessoas estas que são desconhecidas, que possuem seus problemas particulares de ambas as alunas, quais os motivos que levaram a chegar a este ponto de agressão física e somente a informação de que a classe está dividida. Sra. Sandra pensa que é muito importante, na tomada de decisão, que se leve em consideração a parte humana, mas também a parte disciplinar, pois é importante que exista disciplina na escola para que haja a consciência de atitudes e que estas, sejam responsabilizadas, Sra. Sandra continuou dizendo que “quando você age, você tem que ter a noção do que pode repercutir na sua vida, pois a vida é feita de escolhas e oportunidades. Então, se ela [aluna agressora] escolheu uma agressão, ela tem que ser responsabilizada por essa agressão, pelas consequências”, Sra. Coordenadora Sandra completou dizendo que a discussão em pauta deve levar em consideração todos os aspectos, não só educacional, como também disciplinar. Citou a questão da escola Makiguti, que sempre foi uma referência nessa questão de saúde, disciplina, tanto é que em mais de 20 anos não houve um problema semelhante e concluiu pedindo para que os membros ponderem todas essas questões e tenham bom senso nessa decisão. Palavra foi passada para a Professora Elaine que começou dizendo que com relação a agressão acha importante que se aplique uma punição exemplar para que desta forma evite uma possível escalada, concordou com a fala da Sra. Sandra com relação a vida dos envolvidos e suas escolhas individuais. A professora continuou sua fala demonstrando preocupação com relação ao receio da aluna agredida temer voltar as atividades escolares. Completou sua frase comentando sobre o regimento, não conter algo específico para a ocasião, mas que deve ser aplicado alguma punição para que se evite reincidências. Pedro agradeceu a fala da Professora e passou a palavra para o aluno Patrick Flausino, este iniciou sua participação dizendo que concorda com a fala da professora Elaine e que em sua opinião deveriam ser realizado uma abordagem individual com as alunas para averiguação dos fatos, sugeriu que a aluna agredida fosse transferida para a Makiguti Leste, já que a aluna agredida está com medo de retornar as aulas, sugeriu também, uma reunião entre as duas, realizada pela escola. Sr. Pedro retomou a palavra para informar o Sr. Patrick que a aluna agredida mora nas proximidades da unidade norte e transferi-la de unidade seria como uma punição para a aluna agredida. Completou dizendo que sobre realizar reunião entre as alunas, foi realizado uma tentativa de reconciliação por parte da coordenação da unidade norte, porém não há interesse da parte da agredida pois o ocorrido se trata de uma lesão corporal que poderia causar danos graves. Informou que as opções de ações para o caso são, a suspensão de 3 dias para a aluna agressora que foi aplicada, a transferência de unidade da aluna agressora ou a expulsão da aluna



agressora. Patrick retificou seu voto pela transferência de unidade da aluna agressora. Sr. Thiago Possato pediu a palavra e acrescentou a informação de que a aluna agredida reside em Francisco Morato sendo inviável para a aluna agredida ser transferida para a unidade em Cidade Tiradentes e que a sugestão apresentada poderia gerar a interpretação de deslocamento de culpa para a aluna vítima. Sr. Pedro agradeceu e passou a palavra para Professora Larissa Dantas, que começou dizendo que conhece as alunas e que a briga não foi apenas um empurrão, foi uma agressão grave, que causou tumulto e gerou preocupação e ansiedade no restante da turma. Disse que desconhecia a possibilidade de transferência da agressora para outra unidade, mas que agora de posse da informação vota a favor da transferência de unidade da aluna agressora uma vez que não há possibilidade de diálogo entre as partes e que em caso da aluna agressora não aceitar a transferência, opta por sua expulsão. Sr. Pedro questiona se seu voto é favorável a transferência de unidade ou expulsão da aluna agressora, a professora responde que vota pela transferência de unidade da aluna agressora. Palavra para a Coordenadora Pedagógica da unidade norte Rebeca que vota a favor da transferência de unidade da aluna agressora. Na sequência Professora Elaine vota pela transferência da aluna agressora e em caso de não aceitação dela, sua expulsão. Sr. Pedro completa a fala dizendo a todos que será ofertado a aluna agressora a sua transferência de unidade e em caso de não aceitação por parte da aluna agressora, sua expulsão será realizada. Palavra para o Professor Gabriel que votou pela transferência de unidade. O próximo a Votar foi o Sr. Thiago que votou pela transferência de unidade da aluna agressora. Thiago registrou em sua fala que por não haver nenhuma penalidade registrada em Regimento Escolar ou Projeto Político Pedagógico, opta pelo que é mais seguro juridicamente para a escola e fundação Paulistana que é a transferência de unidade. Sr. Pedro retoma a fala e registra seu voto favorável a expulsão da aluna agressora e completa dizendo que pelos relatos o que houve não foi um empurra-empurra ou uma mera discussão um tapa e sim uma agressão física grave, onde a aluna joga a outra no chão e empurra a sua cabeça no chão, Sr. Pedro termina sua fala dizendo que felizmente não houve maiores consequências. Palavra dada a Diretora Juliana para seu voto. Sra. Juliana votou pela transferência da aluna, completou dizendo que faltam poucos meses para o curso terminar e que a aluna agressora Natalia foi ouvida. Terminou reforçando que a oferta da transferência de unidade contribuirá facilitando o controle da situação da aluna agressora. Próximo a falar foi o Sr. Diogo que votou pela transferência de unidade da agressora. O Diretor Geral Diogo registrou seu pedido para que seja incluído em algum instrumento jurídico esta questão de agressão entre discentes uma vez que garantiria um amparo legal em caso de reincidência do fato. Sr. Pedro leu o resultado a todos os participantes que foi 8 votos pela transferência de unidade da aluna agressora e 1 voto pela sua expulsão da Makiguti. - Bicletário - Seguindo a pauta Sr. Pedro informou a todos sobre a inauguração do bicicletário da escola que era um pedido antigo da comunidade de alunos, funcionários terceirizados e professores. Foi falado sobre a quantidade de vagas e sobre regras de utilização. Aquisição de Micro-ondas - Na sequência Sr. Pedro falou sobre a aquisição de mais um

micro-ondas que foi instalado no refeitório e está disponível para uso, o micro-ondas contribuiu para diminuição das filas e de tempo de espera dos alunos que desejavam aquecer seu alimento nos intervalos. Aquisição de mesas – Sr. Pedro falou que outra demanda solicitada pelos alunos era a quantidade de mesas no refeitório, que era insuficiente para a demanda de alunos que a escola possui, portanto foi adquirido mais 5 mesas novas que melhoram de maneira muito significativa a realização de refeição dos alunos, em um ambiente mais adequado. comunicado sobre funções não previstas em contrato para as funcionárias da limpeza – Sr. Pedro informou sobre o comunicado para todos funcionários da escola sobre quais serviços estão previstos no contrato com a empresa E-Serv de limpeza predial, destacou que o serviço abrange apenas limpeza e asseio do prédio, não havendo em contrato o serviço de copeiragem, cada funcionário é responsável pela limpeza de sua louça, marmita, talher, xícara utensílios de copa, eletrodomésticos como cafeteira, fritadeira sem óleo entre outros. Portaria nº90/2025 Tolerância de atrasos e entrada de discentes na escola – Sr. Pedro falou sobre a Portaria que entrou em vigor no dia 06 de setembro, explicou sobre sua funcionalidade e detalhou como foi executada, comentou sobre os resultados imediatos que foram a diminuição de atrasos de alunos e a interrupção de aulas para que alunos entrassem em sala após o seu início. Portaria 96/2025 Atribuição de aulas. Sr. Pedro iniciou a pauta que trata da atribuição de aulas que foi publicada, falou sobre o período de atribuição, informou que quem fará a atribuição será a Supervisora Priscila em conjunto com os Coordenadores Pedagógicos Kleber e Rebeca. Sr. Pedro explicou que a atribuição foi antecipada para que tenhamos tempo hábil para contratar novos professores caso fique alguma matéria sem atribuição e evitar que aulas iniciem sem professor. Sr. Pedro deu a palavra para o aluno Patrick. Sr. Patrick comentou sobre o descontentamento por parte dos alunos em relação a portaria de tolerância de entrada. Comentou sobre as dificuldades das proximidades da escola em relação a trânsito e deslocamento até a escola. Sr. Pedro detalhou sobre o funcionamento da portaria.90/2025. Sr. Patrick disse que não houve comunicação suficiente para os alunos sobre a portaria. Sr. Pedro informou que houve reunião com todos os representantes de sala nos 3 horários e que houve período de 1 mês para a adaptação a nova medida e que a Coordenação está disponível para sanar dúvidas. Coordenador Cleiton pediu a palavra para esclarecimentos sobre a portaria. Sra. Rebeca informou que os professores da unidade norte registram faltas para saídas antecipadas de alunos. Sr. Pedro novamente faz detalhamentos de como a portaria deve ser executada. Professora Elaine pediu a palavra para dizer que costuma realizar um acordo pedagógico com os alunos com relação aos comprovantes de vínculo de trabalho, atestados, usados nos atrasos e faltas, a professora continuou dizendo que explica sobre a carga horária do curso e a importância de evitar ausências, disse que explica sobre o limite de porcentagem de faltas que é de 25%. Palavra foi passada para Sr. Pedro que concordou com a professora e comentou sobre a fala de alguns alunos que alegaram que haveria aumento no número de desistentes, explicou que o objetivo da portaria é manter o nível de qualidades dos formandos pois não adianta mantermos um número alto de formandos e qualidade dos formandos ser inferior, foi identificado que alguns

dada a convidada aluna Kelly Oliveira que reforçou a fala do aluno Patrick com relação ao descontentamento dos alunos na implantação da portaria de tolerância de entrada, opinou que a portaria deveria ter sido votada no conselho, disse que as representantes de sua turma informaram sobre a portaria porém em outras salas não ocorreu o mesmo, relatou sobre o dia que ao chegar atrasada foi orientada pelo Coordenador Pedagógico Kleber a assinar um caderno informando o motivo do atraso, contou que no primeiro dia seguiu a orientação porém nos demais dias optou por não cumprir. Sra. Kelly comentou sobre a fala do Professor Gabriel dizendo que concorda com a ideia de permitir que os próprios professores decidam sobre autorizar entrar em sua aula ou não, continuou sua fala relatando que teve que ficar do lado de fora esperando o horário da segunda aula, disse que viu professor entrando enquanto os alunos permaneceram do lado de fora, falou que a regra tem que valer para todos, que o exemplo tem que partir da escola. Disse que não permitiram a entrada as 08h06 que seria por 1 minuto. Reclamou sobre o fato de os seguranças estarem trancando as portas da escola o que seria segundo sua opinião uma conduta incorreta. Sra. Kelly opinou que fossem realizadas no auditório as próximas reuniões para decidirem sobre portarias que envolvessem os alunos. Comentou que houve falta de informação sobre qual a finalidade de assinar o caderno de atrasos. Sr. Pedro agradeceu as palavras da Sra. Kelly e informou que a não permissão de entrada as 08h06 não se trata de 1 minuto de atraso, mas sim 16 minutos uma vez que o início da aula é as 07h50. Sr. Pedro informou novamente que nos 3 horários houve reunião com os representantes para informar sobre a adoção das medidas contidas na portaria disse que não há possibilidade de reunir os alunos para debater sobre a portaria pois o auditório não comporta a todos, lembrou que são 12 salas por período e o auditório comporta no máximo 100 pessoas. Sra. Ana Débora aluna da unidade norte pediu a palavra, que lhe foi concedida, começou sua fala dizendo que não conseguiu acompanhar o início da reunião onde a pauta foi sobre a briga entre alunas que ocorreu na unidade norte, a aluna começou comentando sobre implantação das medidas da portaria não fora bem executada, citou a antiga inspetora que realizava o controle de entrada dos alunos, relatou que o segurança da unidade norte lhe disse que não tem obrigação de abrir o portão para alunos da Makiguti. Continuou dizendo que há a necessidade de alguém da Coordenação da unidade norte sair para abrir o portão. Segundo a aluna Débora alguns professores começam a aula as 20h00, 20h30 o que seria desmotivador para alunos que saem do trabalho apressados para chegar no horário de início (19h00). A aluna também fez elogios, sobre quadro de professores ressaltando a formação e qualidade das aulas em especial a do Prof. Fulvio pelo planejamento e o fato de transmitir conteúdo desde o primeiro minuto de aula. Professora Larissa Dantas perguntou quais os nomes dos professores que começam a aula as 20h00. A aluna Ana Débora disse que não queria prejudicar ninguém. Sr. Pedro disse que não se trata de prejudicar alguém, mas sim de uma denúncia grave que professores iniciam a aula as 20h30 e é necessário que seja informado para que seja apurado pois no apontamento recebido pelo Sr. Thiago Possato que está presente na reunião e confirma que não constam apontamento de atrasos deste nível. Aluna Ana Débora então diz que é um

professor e que é recém-contratado. Sr. Pedro pediu para que a aluna enviasse mensagem no grupo do aplicativo de mensagens, para que dessa maneira não se exponha, mas que é importante que relate a situação pois na unidade leste os professores cumprem seus horários. A aluna Ana Débora retomou a fala dizendo que durante algumas aulas tem alunos procurando professor para tratar assuntos de estágio e que ela tem que pedir para que o aluno retorne depois pois está comprometendo o conteúdo das aulas, a aluna disse que não faz essa solicitação sempre pois não quer conflito com outros alunos. Sr. Pedro a interrompe pede um minuto para comentar sobre sua fala, pois na reunião anterior a aluna já havia relatado que professor estaria atendendo estágio em horário de aula. Sr. Pedro informa sobre os horários de atendimento de estágio e reforça sobre o procedimento de entrada após o fechamento do portão que deve ser realizado somente ao iniciar a segunda aula. A aluna faz reclamações sobre a demora de alguns docentes iniciarem o conteúdo nas aulas por ficarem conversando sobre assuntos cotidianos e rindo sobre assuntos que não competem as matérias. A aluna comenta sobre a escolha das palestras e cita a palestra "Como viver mais, sem grana", que segunda a aluna, tomou tempo de uma matéria que estava com conteúdo atrasado para convocar os alunos a assistirem uma palestra que pouco ou quase nada agregaria de conhecimento relacionado aos cursos ou a área que estudam, comentou que o título foi motivo de zombaria por parte dos alunos presentes e disse que esse tipo de conteúdo afasta e desmotiva o aluno e concluiu dizendo que espera que outros temas melhores sejam escolhidos para as próximas palestras. Sr. Pedro pede para a aluna entrar em contato com a Coordenadora Rebeca para alinhar o que está relatando, pois se trata de conteúdo pedagógico e foge de sua alçada. Sra. Rebeca pede a palavra para dizer que sobre atendimentos dos professores foi alinhado o horário de atendimento de estágio e que foram orientados a não receber estágio durante horário e aula. Disse também que a equipe da unidade norte ao atender os alunos informa o dia e horário que o professor estará disponível para atendimento. Sra. Rebeca diz que está tendo conhecimento do fato através da presente reunião, e que não está recebendo este tipo de reclamação dos representantes de sala. A Coordenadora Rebeca informa que os professores da Unidade Norte assinaram ATA sobre o cumprimento de horário de aulas e que na turma da aluna Ana Débora não há apontamento deste tipo de fato. Sra. Rebeca pediu para que a aluna relate quem são os professores. Sr. Pedro novamente com a palavra agradeceu a Coordenadora Rebeca e passou a palavra para a Supervisora de Unidade Escolar Priscila, que iniciou dizendo que como é a segunda vez que a aluna relata sobre o início das aulas de alguns professores, solicita que seja informado a Coordenação, nomes, situações, datas, caso contrário, se tornam infundadas as reclamações. Em relação a palestra a Supervisora diz que o tema foi aceito tendo em vista que a escola é um espaço plural e diverso e a escola sempre busca oferecer conteúdo que seja útil para o aluno, diz ainda que teve retornos positivos sobre a palestra. Sra. Priscila concluiu sua fala pedindo que nos próximos relatos sobre professor sejam registrados nome, horário, o que ocorreu para que desta forma seja mais fácil identificar e sanar os problemas. Palavra transmitida a



FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CULTURA
Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti
 Atos de criação: Lei 13.806/04, Decreto nº 58.201/18 e Autização: Parecer CME 26/04.



Diretora Juliana, que reforçou sobre as orientações de atendimento de estágio por parte dos professores e sobre a questão de registrarem as reclamações sobre a aula de professor com dados que possibilitem a identificação. Diretora Juliana comentou sobre a impossibilidade de funcionários da unidade norte ficarem fiscalizando a todo momento se um aluno está fora da sua sala, se saiu da sua sala para conversar com outro professor pois são várias salas dispostas em diferentes andares, pediu novamente a colaboração por parte dos alunos para que informem estes problemas, mas que sejam identificados para que a escola possa cuidar de maneira mais assertiva. Aluna Ana Débora diz que no particular irá detalhar para a Coordenadora Rebeca sobre os problemas. A aluna reclama sobre um equipamento do laboratório não funcionar da maneira correta e cobrou melhorias nos equipamentos da unidade norte. A aluna faz comentários sobre os horários de aula, de manter o aluno até 22h40. Sr. Pedro retoma a palavra e diz que é o horário do curso, que 22h40 é o horário de saída previsto no edital e na matrícula. Sr. Pedro pede que caso tenham mais assuntos a abordar que enviem no grupo e com isto foi encerrada a presente reunião que foi por mim redigida Thiago Possato Medeiros.

Ana Débora de Oliveira - Farmácia I Noite – Unidade Norte

[Signature]

Patrick Luiz Flausino - Gerência em Saúde I Noite – Leste

[Signature]

Cleiton Santos Soares - Coordenação – Unidade Norte

[Signature]

Pedro Leon Brito Aguilar Peres – AAG

Thiago Possato Medeiros – AAG

Elaine Cristina Mendes Marques – Leste

[Signature]

Gabriel Gonçalves – Leste

[Signature]

Larissa Oliveira Dantas – Unidade Norte

[Signature]

Diogo Telles Martins Pereira – Diretor Geral

[Signature]

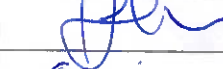
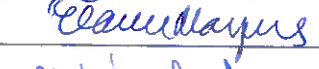
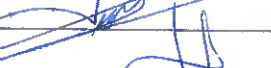
Juliana Nicacio Coronel – Diretora

[Signature]

Rebeca Lacerda Alves – Coordenadora Pedagógica – Norte

[Signature]

Aos vinte e um dias do mês de outubro de 2025, às 11h00, via plataforma Teams, o Sr. Pedro Leon iniciou a reunião explicando a respeito do recurso do advogado da aluna agressora Natalia que informou que a aluna não conseguiria terminar os estudos na unidade Leste pela distância, e abriu para deliberação do conselho, ou mantendo a possível expulsão já que a aluna não conseguiria estudar na Makiguti Leste ou a opção da aluna trancar o curso e retornar no semestre seguinte, que desta forma a aluna agredida já teria concluído seus estudos, todos os conselheiros votaram no trancamento da aluna e retorno no próximo semestre com exceção ao Sr. Pedro Leon que votou pela expulsão, desta forma a decisão da maioria foi pela opção da aluna Natalia trancar o curso e retornar no semestre seguinte, a Sra. Sandra Império ressaltou a importância da revisão do Projeto Político Pedagógico, para que as sanções em casos como estes já estejam previstas, a Sra. Priscila informou que o Projeto Político Pedagógico já está sendo revisado. Sem mais nada a se tratar o Sr. Pedro Leon encerrou a reunião. A presente ata foi por mim, Thiago Possato Medeiros, redigida e segue assinada pelos demais presentes.

Nome	Assinatura
Ana Débora de Oliveira - Farmácia I Noite – Unidade Norte	
Patrick Luiz Flausino - Gerência em Saúde I Noite – Leste	
Cleiton Santos Soares - Coordenação – Unidade Norte	
Pedro Leon Brito Aguiar Peres – AAG	
Thiago Possato Medeiros – AAG	
Elaine Cristina Mendes Marques – Leste	
Gabriel Gonçalves – Professor - Leste	
Larissa Oliveira Dantas – Prof. Unidade Norte	
Diogo Telles Martins Pereira – Diretor Geral	
Juliana Nicacio Coronel – Diretora	
Rebeca Lacerda Alves – Coordenadora Pedagógica – Norte	

Aos dez dias do mês de novembro de 2025, às 11h00 horas, pela plataforma teams, o Sr. Pedro Leon, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, ressaltando a pauta do dia: **1- Análise e decisão do ingresso de um docente no Conselho:** Pedro informou que dos quatro professores eleitos para compor o quadro de membros do Conselho de Escola, os professores Rogério Spínola e Rogério Bianchi, solicitaram desligamento em 10/09/2025. Desta forma, foram convocados os dois suplentes, professora Rosangela e professor Gabriel, sendo que a professora Rosangela não aceitou, solicitando desligamento em 11/09/2025, deixando uma vaga do corpo docente em aberto, sem mais suplentes para serem convocados. Os professores em reunião com o coordenador Kleber, solicitaram o preenchimento da vaga do corpo docente, a fim de manter a prioridade entre os seguimentos do Conselho Escolar. Dentre os professores participantes na reunião, a professora Ana Maria Tatit Furquim Nogueira, manifestou interesse em ser membro do Conselho, o que foi aceito pelo demais. Desta forma foi apresentado a opção de ser realizada a votação para liberarmos a vaga a ela, ou se não, esperarmos a próxima eleição, pelo fato de não termos mais suplentes. A opção foi para votação. Pedro solicitou que fosse manifestado o voto, sendo que tivemos a participação de nove membros e todos eles foram favoráveis a inclusão da professora Ana Tatit, como membro do Conselho. Votaram para a inclusão: diretora Juliana, professor Gabriel, professora Larissa, coordenadora Rebeca, Assessora Marly, AAG Pedro, aluna Lucila, aluna Sandra e aluno Patrick. Pedro, agradeceu a participação de todos e a ata foi por mim redigida Marly Junko Kouhiro Menezes e segue assinada pelos demais presentes.

Diogo Telles Martins Pereira – Diretor Geral FPETC

Sandra Império – Coordenadora CEPC

Juliana Nicácio Coronel – Diretora

Priscila Gomes Figueredo – Supervisora

Camila Marques de Andrade – Coordenadora Pedagógica (licença médica)

Rebeca Lacerda Ales – Coordenadora Pedagógica

Elaine Cristina Mendes Marques – Professora

Gabriel Lima Gonçalves – Professor

Larissa Oliveira Dantas – Professora

Marly Junko Kouhiro Menezes – Adm/RH

Pedro Leon Brito Aguiar Peres - Adm.

Thiago Possato Medeiros – Secretaria

Cleiton Santos Soares – Coordenador técnico

Lucila Lagos – aluna FAR III - Noite

Sandra Maria Martins Viana - aluna Hemo II tarde

Patrick Luiz Flausino – aluno – Ger I noite

Ana Débora de Oliveira – aluna FAR I noite Norte

Gabriel Lima Gonçalves

Larissa Oliveira Dantas

Marly Junko Kouhiro Menezes

Pedro Leon Brito Aguiar Peres

Thiago Possato Medeiros

Cleiton Santos Soares

Lucila Lagos

Sandra Maria Martins Viana

Patrick Luiz Flausino

Ana Débora de Oliveira

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2025, às 11h00, via plataforma Teams, o Sr. Pedro Leon iniciou a reunião com membros do Conselho de Escola, agradecendo a presença de todos os participantes. Informou, em seguida, as pautas do dia, iniciando pela apresentação dos resultados das metas estipuladas para o ano de 2026. Na sequência, a palavra foi passada à Diretora Juliana Nicácio para a apresentação das metas para o ano de 2026. Dando continuidade às exposições, a Sra. Ana Paula Fugiyama apresentou as metas referentes à secretaria; o Sr. Kleber Tellini apresentou as metas da Coordenação Pedagógica; o Sr. Igor apresentou as metas da Coordenação Técnica; e o Sr. Pedro Leon apresentou as metas da Administração escolar. Posteriormente, o Sr. Pedro apresentou o calendário escolar previsto para o ano de 2026 que será posteriormente homologado. Após as apresentações, a Diretora Juliana retomou a palavra para agradecer a presença de todos. Em sua fala, a Sra. Juliana destacou o apoio recebido nas questões administrativas da escola junto à Fundação, ressaltando que essa colaboração tem funcionado muito bem. Agradeceu a coordenação pedagógica, ao Sr. Igor pela coordenação técnica e ao Sr. Pedro pela parte administrativa, mencionando que o auxílio nos processos anteriores foi fundamental para o andamento da instituição. A Diretora enfatizou que todas as ações realizadas são em prol dos alunos e da comunidade da Cidade Tiradentes. Em seguida, a palavra foi passada para a Sra. Sandra Império, da Fundação Paulistana. A Sra. Sandra informou que os resultados da Fundação para este ano foram muito positivos, de modo geral, em todos os setores e particularmente no setor sob sua responsabilidade. Destacou que o ano foi fechado com todas as metas cumpridas. No que tange à qualificação profissional, relatou bons resultados nos cursos em andamento em todas as regiões de São Paulo. Especificamente sobre a Escola Makiguti, informou que o número de alunos formandos atingiu o previsto para o ano. A Sra. Sandra classificou o ano de 2025 foi muito promissor e exitoso para a Fundação Paulistana, expressando a crença de que a tendência para o próximo ano é de melhoria contínua. Informou que as condições de trabalho melhoraram, citando a chegada de novas impressoras, novos computadores na Fundação e a adição de pessoas mais técnicas ao corpo de funcionários, citando a contratação de uma profissional para área pedagógica que atuará na Fundação. Concluiu expressando satisfação e alegria por terem realizado um trabalho que foi ao encontro das metas propostas pela Secretaria Municipal de Gestão, abrangendo os cursos de qualificação

profissional, a Makiguti e o Centro Cultural. Antes do encerramento, o Coordenador Kleber Tellini pediu a palavra para deixar uma recomendação aos presentes, solicitando que todos leiam o novo Regimento Escolar como "tarefa de casa". Nada mais havendo a tratar, foram feitos os votos de boas festas entre os presentes e a reunião foi encerrada, sendo a presente ata redigida por mim, Thiago Possato Medeiros.

Diogo Telles Martins Pereira – Diretor Geral FPETC

Sandra Império – Coordenadora CEPC

Juliana Nicácio Coronel - Diretora

Priscila Gomes Figueredo – Supervisora

Camila Marques de Andrade – Coordenadora pedagógica (licença médica).

Rebeca Lacerda Alves – Coordenadora pedagógica (Norte)

Elaine Cristina Mendes Marques – Professora

Gabriel Lima Gonçalves – Professor

Larissa Oliveira Dantas – Professora (Norte)

Marly Junko Kouhiro Menezes – Adm/RH

Pedro Leon Brito Aguiar Peres – Adm.

Thiago Possato Medeiros – Secretaria

Cleiton Santos Soares – Coordenador técnico (Norte)

Lucila Lagos – aluna

Sandra Maria Martins Viana – aluna

Patrick Luiz Flausino – aluno

Ana Débora de Oliveira – aluna (Norte)

Concluinte

Concluinte

Patrick Luiz Flausino

Ana Débora de Oliveira Scheibler